

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**CHARLISE CASAGRANDE
JACQUELINI BÁRBARA CÂNDIDO**

**DIAGNÓSTICO DA GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA NA
AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DOS HORTICULTORES QUE
ATUAM NA FEIRA-LIVRE DE PATO BRANCO - PR**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**PATO BRANCO
2016**

CHARLISE CASAGRANDE
JACQUELINI BÁRBARA CÂNDIDO

**DIAGNÓSTICO DA GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA NA
AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DOS HORTICULTORES QUE
ATUAM NA FEIRA-LIVRE DE PATO BRANCO - PR**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso Superior de Ciências Contábeis da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, Câmpus Pato Branco, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Professora Msc. Marivânia Rufato da Silva

PATO BRANCO
2016



Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Campus Pato Branco
Curso de Ciências Contábeis
Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso



TERMO DE APROVAÇÃO

Titulo do Trabalho de Conclusão de Curso

Diagnóstico da gestão econômico-financeira na agricultura familiar: o caso dos horticultores que atuam na feira-livre de Pato Branco – PR

Nome do Aluno: **Charlise Casagrande e Jacqueline Barbara Candido**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi apresentado às 19 horas, no dia 21 de outubro de 2016 como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Contábeis, do Departamento de Ciências Contábeis - DACON, no Curso de Ciências Contábeis da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. As candidatas foram arguidas pela Banca Examinadora, composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho APROVADO.

(aprovado, aprovado com restrições, ou reprovado).

marivânia Rufato da Silva

Prof. Marivânia Rufato da Silva
Orientador

Luciane Dagostini
Prof. Luciane Dagostini
Avaliador - UTFPR

Ricardo Antonelli
Prof. Ricardo Antonelli
Avaliador UTFPR

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus.

À professora Msc. Marivânia Rufato da Silva, por sua dedicação e por sempre conceder seu tempo para esclarecer dúvidas e apontar caminhos ao longo da orientação deste trabalho.

Ao professor Dr. Sandro Cesar Bortoluzzi, pelas críticas construtivas quando da apresentação do projeto de pesquisa e demais apontamentos.

Aos agricultores que dedicaram um pouco do seu valioso tempo para responder aos questionamentos da pesquisa, contribuindo para a concretização dos objetivos deste estudo.

Às nossas famílias pelo apoio, carinho e estímulo para vencer esse desafio.

Aos colegas e amigos do curso pelo apoio e incentivo.

Aos nossos amigos, pelos momentos de descontração, alegria e companheirismo.

À UTFPR, renomada instituição de ensino em que tivemos a oportunidade de cursar duas graduações.

Às demais pessoas que contribuíram, direta ou indiretamente, para a conclusão desta pesquisa.

Agradecemos a todos, de coração!

Buscai a leitura e desenvolvereis a crítica e a opinião,
Velai no estudo, e o conhecimento e a sabedoria renascerão.
Praticai a formação e o ensino,
E vivereis no mais rico caminho pela vida - a Educação.
(FRANCISCO MARTINS SILVA).

RESUMO

CASAGRANDE, Charlise; CÂNDIDO, Jacqueline Bárbara. Diagnóstico da gestão econômico-financeira na agricultura familiar: o caso dos horticultores que atuam na feira-livre de Pato Branco - PR. 2016. 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, 2016.

Considerando a necessidade gradativa do setor agrícola familiar por informações econômico-financeiras, bem como de aperfeiçoamento da gestão da atividade, esse estudo propôs-se a diagnosticar as percepções dos agricultores familiares que atuam na feira-livre de Pato Branco - PR sobre as informações econômico-financeiras na gestão da atividade de horticultura. A pesquisa consiste em um estudo de caso, de caráter exploratório com abordagem qualitativa. A coleta de dados teve como base a realização de entrevistas semiestruturadas, com roteiro preestabelecido, aplicadas a uma amostra de três agroecossistemas de agricultores familiares que atuam na feira-livre. Os resultados obtidos evidenciam que os gestores das propriedades não efetuam registros formais de informações econômico-financeiras referentes à atividade produtiva da horticultura e conduzem seus empreendimentos baseados em conhecimentos práticos e na experiência adquirida ao longo do tempo de atuação no segmento. O conhecimento da maioria das informações e ferramentas econômico-financeiras apresentadas foi avaliado como importante, porém de difícil controle. Também constatou-se que os agricultores familiares esperam que uma ferramenta de controle seja elaborada de forma geral para a atividade, não detalhada por produto, simples, prática e de fácil entendimento.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Ferramentas de gestão. Informações econômico-financeiras. Propriedades rurais. Gestão.

ABSTRACT

CASAGRANDE, Charlise; CÂNDIDO, Jacqueline Bárbara. Diagnosis of economic and financial management in Family Farming: the case of horticulturists that work at the fair of Pato Branco - PR. 2016. 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, 2016.

Considering the growing need of economic and financial information by the family farming sector, as well as to improve the management of the activity, this study aims to diagnose the perceptions of family farmers, who work in a fair in Pato Branco - PR, about the economic and financial information in the management of horticulture activity. The research consists of a case study, exploratory qualitative approach. Data collection was based on semi-structured interviews, with script set, applied to a sample of three agroecosystems of family farmers who work at the fair. The results obtained show that managers of the properties do not perform formal records of the economic and financial information relating to the productive activity of horticulture and lead their ventures based on practical knowledge and experience acquired over the years acting in the segment. The knowledge of the majority information and economic and financial tools presented were rated as useful, but difficult to control. Also, found that family farmers expect that a control tool would be developed to wider application to the activity, not detailed by product, simple, practical and easy to understand.

Keywords: Family farming. Management Tools. Economic and financial informations. Rural properties. Management.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1: Análise de Estudos Correlatos ao Tema da Gestão Econômico-Financeira na Agricultura Familiar	27
Quadro 2: Gastos de Produção Existentes na Atividade de Horticultura	52

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Composição das Famílias e Faixa-Etária.....	40
Tabela 2: Grau de Escolaridade dos Componentes das Famílias	40
Tabela 3: Caracterização dos Agroecossistemas quanto à Área	42

LISTA DE SIGLAS

CFC	Conselho Federal de Contabilidade
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
SPELL	Scientific Periodicals Electronic Library
VBP	Valor Bruto da Produção

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	OBJETIVOS	14
1.1.1	Objetivo Geral	14
1.1.2	Objetivos Específicos	14
1.2	JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA.....	15
1.3	ESTRUTURA DO TRABALHO	16
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
2.1	CONTABILIDADE E GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.....	17
2.1.1	Informações Econômico-Financeiras	19
2.2	CONCEITO E CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR	21
2.2.1	Gestão de Informações Econômico-Financeiras na Agricultura Familiar.....	24
2.3	ESTUDOS CORRELATOS AO TEMA	27
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	33
3.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	33
3.2	PROCEDIMENTOS PARA SELEÇÃO DO PORTFÓLIO BIBLIOGRÁFICO ...	35
3.3	PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	36
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	39
4.1	CARACTERIZAÇÃO	39
4.2	INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS NA HORTICULTURA	45
4.3	PERCEPÇÕES SOBRE AS INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS	56
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
	REFERÊNCIAS	67
	APÊNDICE	74

1 INTRODUÇÃO

O atual cenário econômico e a evolução tecnológica, bem como o crescimento populacional e o aumento do consumo de alimentos, fez com que o setor agrícola se desenvolvesse em ritmo acelerado para atender essa demanda, exigindo uma postura profissional mais efetiva dos agricultores e forçando-os a tomar decisões que envolvam controles simples ou um pouco mais complexos (MARION; SEGATTI, 2006).

Nesse âmbito, para que os agricultores possam se adequar às novas exigências do mercado, os autores Vestena et al. (2009) salientam a importância da incorporação das práticas contábeis e gerenciais, a fim de alcançar a eficiência dos empreendimentos rurais.

Para Lucca e Silva (2012), o processo de informação configura-se de maneira significativa e determinante no mundo dos negócios, exigindo que o usuário, neste caso o produtor rural, obtenha acesso e compreenda as informações que lhe propiciem escolher sempre a melhor opção.

Assim, a informação contábil se apresenta como um componente essencial na tomada de decisões, podendo atender às necessidades do produtor e otimizar seus resultados, visto que, segundo Alves (2010), administrar uma propriedade agrícola seja de pequeno, médio ou grande porte, demanda um conjunto de informações relativas tanto ao aspecto físico como financeiro.

De acordo com Possenti (2010), no Sudoeste do estado do Paraná, onde o município de Pato Branco está localizado, se encontra a maior concentração de pequenas propriedades rurais do estado. Nesta região há predominância da agricultura familiar (SANTOS, 2011) que, segundo Abramovay (1998) é “aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento”.

Conforme afirmam Lima e Wilkinson (2002), a agricultura familiar cria oportunidades de trabalho local, reduz o êxodo rural, diversifica os sistemas de produção, possibilitando uma atividade econômica em harmonia com o meio ambiente, além de contribuir para o desenvolvimento dos municípios de pequeno e médio porte.

Ainda, segundo Lourenzani (2006), o objetivo de grande parte dos empreendimentos familiares, incluindo o setor agrícola, é crescer de forma sustentável, aumentando sua viabilidade e preparando sua transição para a próxima geração. Assim, a gestão do negócio familiar deve, portanto, buscar a viabilidade no curto prazo e a riqueza no longo prazo.

Para Palucci (2008), atualmente na gestão das propriedades rurais não é dispensada devida atenção para a gestão financeira. O autor afirma que, apesar de apresentarem alto retorno econômico, muitas propriedades rurais não utilizam ferramentas de gestão financeira e acabam apresentando fluxos de caixa negativos, acarretando o pagamento de juros muito altos, o que muitas vezes acaba inviabilizando a atividade.

Crepaldi (2012) afirma que poucos produtores fazem anotações contábeis de forma sistemática e sabem de fato como vai seu negócio. Pelo simples fato de estarem concentrados nos aspectos produtivos da propriedade, a maioria se preocupa com o acompanhamento dos índices de produtividade, esquecendo os de rentabilidade. Para obter um bom desempenho na atividade agrícola, a atenção do produtor deve estar voltada não somente para os processos produtivos, mas também para as ações gerenciais e administrativas de sua propriedade. Não é suficiente saber o quê, quanto e como produzir, é preciso avaliar os resultados alcançados na colheita, medindo os lucros ou prejuízos e analisando por quais causas foram diferentes dos previstos inicialmente.

Adicionalmente, os autores Lucca e Silva (2012) salientam a importância de uma ampla mudança de postura por parte dos produtores para aperfeiçoar a gestão da atividade, por meio da adoção de novos procedimentos e técnicas contábeis, como modelos de gestão de custos, sistemas de informações gerenciais, além da utilização da tecnologia para sustentabilidade da atividade.

De acordo com Vestena et al. (2009), o uso de instrumentos contábeis e gerenciais nas propriedades rurais facilita o desenvolvimento de estratégias de trabalho e a tomada de decisões dos produtores. Os autores ressaltam que o setor agrícola necessita cada vez mais de informações econômico-financeiras, especialmente pela contemporaneidade de uma fase de transformações intensas, com considerável incremento de tecnologia e o aparecimento de aspectos como a variação constante dos preços. Tal realidade exige que os proprietários rurais se adaptem a esta nova situação, por meio do planejamento financeiro, de registros

contábeis sempre atualizados e de uma série de outras ferramentas visando à otimização dos recursos disponíveis, redução dos custos de produção e, principalmente, a maximização de seus lucros.

Entretanto, para Queiroz e Batalha (2004), as ferramentas gerenciais, embora bem exploradas pela literatura, não contemplam as especificidades das propriedades de agricultura familiar. Concomitantemente, Possenti (2010, p. 23) ressalta que “as modernas ferramentas de gestão, por sua vez, são inadequadas ao segmento agroindustrial de pequeno porte principalmente em função das especificidades do segmento e por este possuir, na maioria das vezes, pessoas despreparadas”. O autor ainda afirma que, em relação à produção acadêmica, são raros os trabalhos científicos dedicados à aplicação de ferramentas gerenciais para esse segmento.

Conforme afirmam Lourenzani et al. (2008, p. 68), “é fundamental que os agricultores possam dispor de ferramentas gerenciais adequadas às especificidades dos seus sistemas produtivos e de suas culturas empresariais”. Para Calgaro e Faccin (2012), é necessária proposta de intervenção para a construção de ferramentas adequadas para a atividade rural, um modelo específico, de simples manuseio e de fácil compreensão, capaz de despertar o interesse dos agricultores na utilização de tais controles.

Deste modo, para que possam ser elaboradas ferramentas gerenciais adequadas e úteis à agricultura familiar, faz-se necessário compreender as percepções dos agricultores a respeito das informações econômico-financeiras na gestão da atividade.

As diversas opiniões oriundas da importância da agricultura familiar para a nossa subsistência, bem como da gestão para o sucesso desta atividade despertaram o interesse da presente pesquisa pelo tema e norteiam este estudo, sob a problemática: como os agricultores familiares que atuam na feira-livre de Pato Branco - PR percebem as informações econômico-financeiras na gestão da atividade de horticultura?

1.1 OBJETIVOS

Em conformidade com a contextualização anterior, para responder a questão de pesquisa que norteia o estudo foram estabelecidos os objetivos geral e específicos, descritos a seguir.

1.1.1 Objetivo Geral

Diagnosticar as percepções dos agricultores familiares que atuam na feira-livre de Pato Branco - PR sobre as informações econômico-financeiras na gestão da atividade de horticultura.

1.1.2 Objetivos Específicos

Para auxiliar na consecução do objetivo geral acima descrito, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

1. Caracterizar o perfil dos agricultores familiares horticultores que atuam na feira-livre de Pato Branco - PR;
2. Verificar as informações econômico-financeiras existentes na atividade de horticultura;
3. Identificar as percepções dos agricultores quanto à relevância das informações econômico-financeiras para a gestão da atividade de horticultura.

1.2 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA

Em pesquisa anterior, Silva (2015) teve como objetivo avaliar o nível de sustentabilidade de agroecossistemas de agricultores familiares que atuam na feira-livre de Pato Branco - PR. Para tanto, foram mensurados 37 (trinta e sete) indicadores de sustentabilidade, agrupados nas dimensões social, ambiental e econômica, selecionados por técnicos de órgãos gestores e pelos agricultores responsáveis pelos agroecossistemas, ambos envolvidos com o contexto e conhecedores de sua realidade.

Na dimensão econômica, relevante para a presente pesquisa, foi verificado que todos os agroecossistemas obtiveram médias de sustentabilidade entre regular e alta, entretanto o indicador controle financeiro das atividades foi avaliado com desempenho abaixo da linha regular. O estudo de Silva (2015) também evidenciou a importância da realização de pesquisas acadêmicas para o desenvolvimento da região Sudoeste do Paraná.

A relevância da agricultura familiar para nossa subsistência, bem como a forte presença de tal segmento no Sudoeste paranaense, juntamente com a necessidade de aperfeiçoamento do controle financeiro, verificada na pesquisa de Silva (2015), despertaram o interesse pela continuidade do estudo, a fim de realizar um diagnóstico mais aprofundado da gestão na atividade da horticultura, bem como identificar as demandas desses agricultores por informações econômico-financeiras.

Neste sentido, este estudo tem sua contribuição teórica para a evolução do campo científico da Contabilidade, ao apresentar informações que poderão servir de base para estudos futuros no mesmo campo ou áreas afins, além de fornecer subsídios para o desenvolvimento de uma ferramenta de controle econômico-financeiro que atenda às necessidades dos agricultores familiares de modo simples e prático. Ainda, auxilia na construção do conhecimento, principalmente no que tange à aplicação da teoria, colaborando com o enriquecimento do acervo de dados do tema em questão.

A pesquisa também proporciona contribuição prática aos agricultores familiares que atuam na feira-livre de Pato Branco - PR, por meio da discussão do tema durante as entrevistas, que possibilita agregar maior conhecimento aos envolvidos, cujas informações geradas subsidiarão na tomada de decisões e na

identificação de aspectos que eventualmente estejam limitando seu desempenho econômico-financeiro. Sendo assim, também representa oportunidade para o agricultor familiar agregar valor à sua atividade, incrementar sua rentabilidade e permanecer no campo.

Da mesma forma, é uma oportunidade ímpar para as acadêmicas revisarem os conhecimentos adquiridos durante a graduação, bem como se beneficiar do contato com a experiência da professora orientadora, proporcionando um conhecimento mais consistente para o plausível uso em futuras atuações profissionais.

1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO

O presente estudo está estruturado em cinco capítulos. Este primeiro apresenta e contextualiza o tema desta pesquisa. O problema e seus decorrentes objetivos, geral e específicos, a justificativa e relevância da pesquisa, assim como a estrutura do trabalho também são expostos neste capítulo.

O segundo capítulo contempla a fundamentação teórica referente aos conceitos de contabilidade e gestão de informações econômico-financeiras, passando para a gestão na agricultura familiar e, por último, apresenta os principais estudos anteriores relacionados ao tema de pesquisa.

O terceiro capítulo aborda os procedimentos metodológicos que foram utilizados para o desenvolvimento da pesquisa, os quais conferiram embasamento científico ao trabalho.

No quarto capítulo são analisados os dados e apresentados os resultados obtidos a partir da pesquisa, comparando-os com estudos anteriores. Está organizado conforme os três blocos do roteiro de entrevista, a saber: caracterização, informações econômico-financeiras na horticultura e percepções sobre as informações econômico-financeiras.

Por fim, no último capítulo encontram-se as considerações finais a respeito do estudo, bem como indicações para pesquisas futuras.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Apresenta-se nessa seção a fundamentação teórica que serve de embasamento para o tema pesquisado. Inicialmente é abordada a literatura sobre contabilidade e gestão de informações econômico-financeiras, na sequência apresenta-se o tópico a respeito da agricultura familiar e sua gestão e, posteriormente, são apresentados estudos anteriores pertinentes ao tema.

2.1 CONTABILIDADE E GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Historicamente, conforme afirmam Hoss et al. (2012), os primeiros registros contábeis datam de 20.000 anos a.C. e surgiram da necessidade humana de controlar suas riquezas, sendo que, à medida que as civilizações evoluíam, os registros contábeis tornavam-se cada vez mais necessários (SILVA; SOUZA, 2011). Nesse contexto, o autor Marion apresenta a definição de contabilidade, conforme a seguir:

A Contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e sumarizando-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para a tomada de decisões (MARION, 2008, p. 23).

Da mesma forma, Iudícibus, Martins e Gelbcke (2006) definem a contabilidade como sendo um sistema de informações destinado a fornecer aos seus usuários demonstrações e análises de natureza econômica e financeira, com relação à entidade objeto de contabilização. Ainda, de acordo com Gouveia:

A Contabilidade é um sistema muito bem idealizado que permite registrar as transações de uma entidade que possam ser expressas em termos monetários, e informar os reflexos dessas transações na situação econômico-financeira dessa entidade em uma determinada data (GOUVEIA, 2001, p. 78).

De acordo com o autor, a importância de registrar as transações de uma organização advém de uma série de fatores, como o dinamismo das empresas, a necessidade de comprovar a veracidade das transações ocorridas anteriormente,

bem como da necessidade de registrar os bens adquiridos, as dívidas contraídas ou o capital investido no negócio (GOUVEIA, 2001).

Concomitantemente, Crepaldi (2002) destaca que a contabilidade é essencial para a identificação e mensuração de custos dos produtos e serviços, a fim de gerar informações e suporte para que a administração possa tomar decisões corretas e principalmente precisas.

Igualmente, Silva e Souza (2011) salientam que as informações produzidas pela contabilidade permitem ao usuário saber qual a capacidade da empresa de cumprir com suas obrigações, bem como conhecer seu grau de endividamento. Vale ressaltar que, conforme define Ribeiro (2003), os usuários são todos aqueles que direta ou indiretamente fazem uso das informações fornecidas pela contabilidade, seja para acompanhar o desenvolvimento da empresa, conhecer as garantias que a mesma oferece para cumprir seus compromissos, ou para tomar decisões administrativas, econômicas ou financeiras.

Observa-se então que, com o significativo aumento de competitividade que vem ocorrendo na maioria dos mercados, sejam industriais, comerciais ou de serviços, as informações contábeis tornam-se altamente relevantes quando da tomada de decisões em uma empresa (MARTINS, 2009). Deste modo, o papel da contabilidade não se restringe somente em registrar dados e gerar informações, mas também em um enfoque estratégico e integrador das áreas do conhecimento empresarial, levando em consideração os números e as possibilidades de aperfeiçoá-los (HOSS et al., 2012).

Há pouco tempo, quando uma organização ponderava expandir seus negócios, o administrador tinha como única preocupação angariar os fundos indispensáveis para a construção ou aquisição de máquinas e equipamentos. Atualmente, “as decisões são tomadas de maneira mais coordenada e o gerente financeiro geralmente tem responsabilidade direta pelo processo de controle” (BRIGHAM; HOUSTON, 1999, p. 6).

A administração financeira, na busca pela riqueza das organizações, envolve uma extensa série de tarefas e atividades que vão do nível operacional ao estratégico. O sucesso é vislumbrado a partir de um esforço em combinar arte e ciência na administração de recursos financeiros (LEMES JÚNIOR; RIGO; CHEROBIM, 2005).

De acordo com Gitman (2002, p. 10), “a administração financeira relaciona-se estreitamente com economia e contabilidade, mas difere bastante dessas áreas, não esquecendo, porém, que as mesmas interajam entre si”.

Para compreender o verdadeiro significado da administração financeira de uma empresa, é de suma importância entender o significado de finanças para a mesma. Gitman define finanças como:

A arte e a ciência de administrar fundos. Praticamente todos os indivíduos e organizações obtêm receitas ou levantam fundos, gastam ou investem. Finanças ocupa-se do processo, instituições, mercados e instrumentos envolvidos na transferência de fundos entre pessoas, empresas e governo. Desta forma pode-se definir a Administração Financeira como um conjunto de atividades que visa gerir as finanças de uma empresa ou organização (GITMAN, 2002, p. 4).

Ainda, de acordo com o mesmo autor, pode-se afirmar que a gestão financeira é uma técnica utilizada para controlar o crédito aos clientes, análise de investimento, planejamento e de meios possíveis para captar recursos para financiar operações e atividades da empresa, evitando gastos desnecessários e desperdícios, buscando sempre melhores caminhos para a condução financeira e um melhor desenvolvimento para a empresa.

Neste contexto, o profissional da contabilidade precisa conduzir seu sistema de informação contábil em consonância com as reais necessidades de informações do usuário (OLIVEIRA; PEREZ JUNIOR; SILVA, 2002), visto que, segundo Assaf Neto (2001), por intermédio das informações retiradas das demonstrações contábeis levantadas por uma empresa, é possível obter diversas conclusões a respeito de sua situação econômica e financeira.

2.1.1 Informações Econômico-Financeiras

Para garantir o desempenho da organização faz-se necessário a observação de informações econômico-financeiras a respeito desta. Assim, para que a gestão da empresa seja satisfatória é de fundamental importância a apresentação de informações provenientes da contabilidade, a fim de permitir que os usuários possam tomar suas decisões com um maior grau de segurança (NEVES; VICECONTI, 2004).

Neste contexto, Hoji (2010) afirma que o objetivo econômico das empresas é maximizar seu valor de mercado, aumentando a riqueza de seus acionistas/proprietários. Ainda, no que tange às informações financeiras, os autores Assaf Neto e Silva (2009) apresentam como objetivo básico da função financeira prover a empresa dos recursos de caixa necessários para que a mesma cumpra seus compromissos e ao mesmo tempo eleve seus lucros.

De acordo com Silva e Souza (2011), as demonstrações financeiras são utilizadas pela administração da empresa para prestar contas e levar informações sobre o aspecto econômico-financeiro aos acionistas, credores, governo e outros interessados.

Concomitantemente, os autores Medeiros et al. (2012) afirmam que a utilização dos princípios econômicos e financeiros por intermédio dos dados extraídos das demonstrações contábeis, principalmente do balanço patrimonial e da demonstração de resultado, fornece subsídios necessários para um acompanhamento detalhado da situação em que uma empresa se encontra naquele determinado momento.

Silva e Souza (2011) apontam que pode ser realizada análise de todas as demonstrações financeiras de uma empresa, entretanto, normalmente as atenções se concentram de forma especial no Balanço Patrimonial e na Demonstração do Resultado do Exercício, “pois é através delas que se evidenciam de uma forma objetiva, a situação econômico-financeira” (SILVA; SOUZA, 2011, p. 70). Adicionalmente, Ludicibus (1998) ressalta que os dois relatórios contábeis citados se complementam e atingem a finalidade de mostrar a situação patrimonial e econômico-financeira da empresa.

Conforme afirma Ferrari (2009), tais demonstrações contábeis são formadas por quadros técnicos que têm por finalidade a exposição clara, sistematizada e objetiva da situação patrimonial, econômica e financeira de uma determinada empresa.

Ainda, Silva (2000, p. 207) descreve a análise de demonstrações financeiras como sendo “a análise das informações obtidas através das demonstrações financeiras”, cujo intuito é compreender e avaliar aspectos como:

- (1) capacidade de pagamento da empresa por intermédio da geração de caixa, (2) capacidade de remunerar os investidores gerando lucro em níveis compatíveis com suas expectativas, (3) nível de endividamento, motivo e qualidade do endividamento, (4) políticas operacionais e seus impactos na

necessidade de capital de giro da empresa, e (5) diversos outros fatores que atendam ao propósito do objetivo da análise (SILVA, 2000, p. 207).

Complementarmente, os autores Silva e Souza (2011) salientam que as demonstrações financeiras são instrumentos utilizados pela contabilidade para realizar diagnóstico a respeito da situação econômico-financeira da empresa e fornecer aos diversos usuários internos ou externos as informações que servem de base para a tomada de decisões.

Segundo Crepaldi (2012), no aspecto econômico são analisadas diversas operações a serem executadas, quanto ao seu custo e aos seus resultados, isto é, o custo de cada produção e sua receita, por meio do qual é auferido o lucro. Por sua vez, o aspecto financeiro considera as possibilidades de aquisição dos recursos monetários necessários e como serão aplicados, isto é, os movimentos de entrada e saída de dinheiro, de modo a conservar o equilíbrio financeiro do negócio.

Em consonância com as afirmações dos autores citados acima, verifica-se a importância do emprego de informações econômico-financeiras na gestão de uma organização, principalmente no que tange à utilização da contabilidade.

2.2 CONCEITO E CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Conforme Denardi (2001), agricultura familiar é um conceito relativamente recente no Brasil. Anteriormente a essa concepção falava-se em pequena produção, pequeno agricultor e mais antigamente utilizava-se o termo camponês. Em linhas gerais, os empreendimentos familiares têm duas características principais: a gestão e o trabalho são predominantemente familiares, com ou sem o auxílio de terceiros.

Ainda que tardiamente, quando comparada à tradição dos estudos sobre o tema nos países desenvolvidos, Schneider (2006) afirma que a expressão agricultura familiar despontou no contexto brasileiro a partir de meados de 1990.

O mesmo autor complementa que, no cenário político e social, o termo agricultura familiar possui uma relação legítima atribuída pelo Estado com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no ano de 1996, como forma de apoiar os pequenos produtores rurais e garantir que o Estado mantivesse um compromisso de maior atenção a tais produtores.

De acordo com Abramovay (1998), as propriedades rurais voltadas à agricultura familiar são caracterizadas por uma gestão realizada pelos membros que possuem entre eles laços de sangue ou de casamento.

Guanziroli e Cardim (2000) definem agricultura familiar a partir de três características: a gestão da produção é exercida por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; a mão de obra familiar é superior à contratada; a propriedade dos meios de produção pertence à família e é internamente que se realiza sua transferência em caso de óbito ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva.

Já o autor Abreu (2005) apresenta a agricultura familiar como uma forma social heterogênea, cujas unidades de produção diferem pela diversidade e capacidade de se apropriar dos meios de produção e desenvolvê-los. Deste modo, na agricultura familiar, a organização do trabalho e da produção fica a cargo do produtor e de sua família, sendo o trabalho assalariado utilizado conforme surgir a necessidade e apenas de forma complementar.

De acordo com Andrioli (2008), a agricultura familiar diferencia-se da agricultura convencional por ser composta por pequenos produtores que sobrevivem da sua própria produção, compreendendo uma maior diversidade de culturas como forma de garantir renda para a família o ano todo. O autor destaca ainda que os produtos ofertados pela agricultura familiar apresentam qualidade superior, uma vez que os próprios agricultores também consomem o que produzem e promovem, conseqüentemente, uma melhor relação com o meio ambiente, produzindo de forma mais sustentável.

A definição de propriedade familiar na legislação brasileira consta no inciso II do artigo 4º do Estatuto da Terra, estabelecido pela Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, com a seguinte redação:

Imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros (BRASIL, 1964).

Referente à demarcação da área máxima, a Lei nº 8.629 (BRASIL, 1993), de 25 de fevereiro de 1993, conceitua como pequena propriedade o imóvel rural compreendido entre 01 (um) e 04 (quatro) módulos fiscais. Da mesma forma, estabelece que o imóvel rural com área entre 04 (quatro) a 15 (quinze) módulos

fiscais é considerado como média propriedade. O Instituto Ambiental do Paraná (IAP, 2016) determina que, no município de Pato Branco, o módulo fiscal equivale a 18 (dezoito) hectares.

Assim, a maioria dos conceitos de agricultura familiar utilizados em pesquisas recentes sobre o tema baseia-se na mão de obra empregada, no tamanho da propriedade, na direção dos trabalhos e na renda gerada pela atividade agrícola. Em todas as concepções há um fator em comum: ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, a família trabalha diretamente no estabelecimento, com ou sem o auxílio de terceiros.

Considerando o aspecto produtivo, a agricultura familiar assume papel socioeconômico de grande destaque no país. Seu desenvolvimento tem sido entendido como uma das pré-condições para uma sociedade economicamente mais eficiente e socialmente mais justa (LIMA; WILKINSON, 2002).

Os agricultores familiares são os que geram mais empregos e fortalecem o desenvolvimento local no meio rural, distribuem melhor a renda, são responsáveis por uma parcela significativa da produção nacional, respeitam mais o meio ambiente e, principalmente, potencializam a economia nos municípios onde vivem (LOURENZANI, 2006).

De acordo com o Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO (2000 apud DENARDI, 2001), o que acontece nos 17 (dezessete) municípios da microrregião de Francisco Beltrão, no sudoeste do Paraná, exemplifica bem a importância da agricultura familiar: 95% de um total de 17.776 estabelecimentos rurais são familiares, os quais respondem por 69,1% da área total e 74,5% do Valor Bruto da Produção (VBP). No conjunto dos três estados que compõem a região Sul do Brasil, 90,5% dos estabelecimentos são familiares, respondendo por 57,1% do VBP.

No Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2006) foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultores familiares, o que representa 84,4% dos estabelecimentos brasileiros, que ocupavam uma área de 80,25 milhões de hectares, isto é, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Estes números revelam uma concentração da estrutura agrária no país: os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 15,6% do total, ocupavam 75,7% da área ocupada. A Região Sul abrigava 19,2% do total dos estabelecimentos familiares (849.997) e 16,3% da área total deles. Nela, os

estabelecimentos familiares representaram 84% do total de estabelecimentos e 37% de ocupação da área total.

Diante dessa realidade, Azevedo e Pessoa (2011) destacam que estudos mostram a importância da agricultura familiar na organização e na estruturação do espaço agrário no Brasil, ainda que no decorrer dos anos este segmento não tenha recebido uma atenção especial no que tange às políticas públicas quando comparados a outros segmentos, tal como a agricultura patronal.

Crepaldi (2012) corrobora ao afirmar que o primeiro passo para a modificação de conceitos na modernização da agricultura é fazer com que o produtor rural torne-se um empresário rural, que dirige sua propriedade de forma mais profissional, capaz de tomar decisões relacionadas ao planejamento, organização e análise dos resultados, buscando fundamentação em dados e fatos para conduzir sua empresa rural e assegurar sua continuidade.

Portanto, verifica-se a importância cada vez maior de que o agricultor familiar faça uso de ferramentas de gestão, a fim de gerenciar de maneira eficiente seus empreendimentos e posicionar-se no mercado.

2.2.1 Gestão de Informações Econômico-Financeiras na Agricultura Familiar

A evolução da tecnologia, juntamente com o crescimento populacional e a consequente necessidade cada vez maior por alimentos fez com que o setor agrícola se desenvolvesse rapidamente para atender essa demanda (POSSENTI, 2010). Para Lourenzani (2005), fatores como a desregulamentação do mercado, a globalização da economia, aliado às exigências dos consumidores têm provocado significativas mudanças na atividade agrícola, aumentando o grau de complexidade da administração das empresas rurais.

Nesse âmbito, para que o agricultor possa se adequar às novas exigências do mercado, os autores Vestena et al. (2009) salientam a importância da incorporação das práticas contábeis e gerenciais, a fim de alcançar a eficiência dos empreendimentos rurais. Adicionalmente, Borilli et al. destacam a importância da contabilidade nesse contexto:

A contabilidade pode desempenhar um importante papel como ferramenta gerencial, por meio de informações que permitam o planejamento, o controle e a tomada de decisão, transformando as propriedades rurais em empresas com capacidade para acompanhar a evolução do setor, principalmente no que tange aos objetivos e atribuições da administração financeira, controle de custos, diversificação de culturas e comparação de resultados (BORILLI et al., 2005, p. 78).

Segundo Lourenzani et al. (2008), para que o produtor familiar se desenvolva e acompanhe a evolução do setor rural é de suma importância que sua propriedade seja administrada como uma empresa, adotando técnicas e procedimentos gerenciais adequados à realidade da agricultura familiar. Os autores ressaltam ainda que, além da utilização de tecnologia e novas formas de organização, também se faz necessário trabalhar com a gestão do empreendimento, visto que, “para que a agricultura familiar possa ser viável econômica e financeiramente, torna-se necessário que o gestor utilize alguns mecanismos de controle” (SÖTHE; DRESEL; DILL, 2014, p. 2).

Crepaldi (2012) afirma que o grande problema para a efetiva utilização da contabilidade no meio rural consiste na complexidade e no custo de manutenção de um bom serviço contábil. A dificuldade de separar o que é custo de produção do que é gasto particular do produtor rural, a inexistência de recibos, notas fiscais, avisos de lançamentos e extratos de contas bancárias pessoais bloqueiam a adoção da contabilidade para esse fim.

Segundo o mesmo autor (2012), por menores que sejam as atividades rurais, todas demandam um controle eficiente para uma boa gestão. Atualmente, muitos dos serviços contábeis que são importantes instrumentos gerenciais não são utilizados pelos donos da maioria das propriedades rurais. Diversas vezes o produtor rural guarda na memória as informações, não anota fatos importantes para a correta contabilização, os quais são esquecidos com o passar do tempo e não são considerados no cálculo do preço de comercialização dos produtos. Poucos produtores separam suas despesas particulares daquelas decorrentes da atividade, ou seja, não apuram o lucro de seu negócio adequadamente. Devido à inexistência de controle e organização financeira, na maioria das propriedades os gestores não conseguem distinguir os resultados obtidos com suas culturas, os custos de cada plantio, tampouco verificar quais seriam os mais rentáveis e como poderiam minimizar os custos de produção (CREPALDI, 2012).

Segundo Eyerkauffer (2007), conduzir uma atividade rural requer conhecimento e suporte de informações, o que vai além dos dados registrados na memória do produtor rural. Deste modo, o gestor da propriedade agrícola familiar carece de informações gerenciais que o auxiliem em suas decisões diárias, essenciais para o sucesso do seu negócio. Conforme afirmam Lourenzani et al.:

A administração da empresa rural, independentemente do seu porte, não pode mais ser feita de maneira amadora. Assim sendo, é fundamental que os agricultores possam dispor de ferramentas gerenciais adequadas às especificidades dos seus sistemas produtivos e de suas culturas empresariais (LOURENZANI et al., 2008, p. 68).

Palucci (2008) articula que atualmente a gestão das propriedades rurais é focada nas técnicas de produção e conceitos operacionais, não sendo dispensada a devida relevância à gestão financeira realizada por meio da apuração do resultado, da confecção do fluxo de caixa e orçamento das despesas do processo produtivo. O autor afirma que, apesar de apresentarem alto retorno econômico, muitas propriedades rurais não utilizam ferramentas de gestão financeira e acabam apresentando fluxos de caixa negativos, levando-as ao pagamento de juros muito altos, o que muitas vezes acaba inviabilizando a atividade.

Segundo Crepaldi (2012, p. 321) “uma empresa rural, por menor que seja, é uma organização complexa, cujo desempenho sofre a influência de vários fatores internos e externos”. O autor menciona um diagnóstico da situação econômico-financeira como meio que permite ao empresário superar crises ou traçar uma estratégia segura para o crescimento da empresa.

A situação econômica de uma empresa rural refere-se à sua variação patrimonial. Ao lucro, se esta variação for a maior, ou ao prejuízo, se o patrimônio estiver decrescendo. Por sua vez, a situação financeira refere-se exclusivamente à liquidez, à movimentação de caixa e capacidade de saldar compromissos. Para realizar a análise econômico-financeira de uma empresa rural, são necessárias informações de seu balanço patrimonial, do controle de caixa e do controle de estoque (CREPALDI, 2012).

De acordo com Sella, Ichikawa e Lopes (2008) o produtor rural deve determinar, a partir das informações a que tiver acesso, como os recursos disponíveis serão utilizados para serem convertidos em produtos finais. Deste modo, o gestor rural precisa planejar e conduzir as finanças da propriedade, com o objetivo

de ter real controle sobre estas e poder tomar decisões fundamentadas sobre a saúde financeira do negócio (SELLA; ICHIKAWA; LOPES, 2008).

2.3 ESTUDOS CORRELATOS AO TEMA

Nesta seção são apresentadas pesquisas relacionadas ao tema gestão econômico-financeira na agricultura familiar, com base em um portfólio bibliográfico formado por 11 (onze) publicações científicas selecionadas aleatoriamente, conforme mencionado no capítulo de procedimentos metodológicos. O Quadro 1 exhibe o título, autor e ano de publicação, o objetivo e os resultados alcançados em cada pesquisa:

Título – Autor (Ano)	Objetivo	Resultados
Diagnóstico da Agricultura Familiar: Identificação das Ferramentas e Informações Gerenciais nas Propriedades Integrantes dos Municípios de Salvador das Missões - RS E Tunápolis – SC SÖTHE, DRESEL e DILL (2014)	Identificar as ferramentas e informações gerenciais utilizadas nas propriedades integrantes da agricultura familiar dos municípios de Salvador das Missões - RS e Tunápolis – SC.	Os resultados do estudo indicam uma deficiência no conhecimento por parte dos gestores das diversas ferramentas e suas informações. Conclui-se que o conhecimento das ferramentas e informações gerenciais é limitado, quando utilizadas são muito importantes, auxiliam na gestão das propriedades, no entanto poucas propriedades receberam propostas de implantação e os gestores mostram interesse em conhecer e utilizá-las. Dessa forma, a utilização das ferramentas e informações gerenciais poderá ser promotora do desenvolvimento das propriedades investigadas nos dois municípios.
Modelo Dinâmico para a Gestão Integrada da Agricultura Familiar LOURENZANI (2005)	Desenvolver um modelo de gestão integrada para a agricultura familiar, que integra diferentes módulos de gestão em um único modelo compartilhado.	Por meio da elaboração de um diagnóstico, pôde-se verificar que os administradores rurais familiares apresentam deficiências em atividades de gestão, as quais afetam o desempenho de seu agronegócio. Foi desenvolvido um modelo conceitual sistêmico sob quatro perspectivas diferentes: financeira, dos processos internos, do cliente e do crescimento e aprendizado, o qual foi operacionalizado na forma de um simulador gerencial. A realização de simulações referentes a casos reais concretizou a funcionalidade do simulador. Sua aplicabilidade e utilidade como ferramenta de aprendizagem e auxílio à tomada de decisão para administradores rurais familiares puderam ser confirmadas por meio de experimentações e gerações de cenários.
Proposta de uma Sistemática para Apoiar a Gestão Econômico-Financeira de Agroindústrias	Estruturar uma sistemática para apoiar a gestão econômico-financeira de	O trabalho contou com uma pesquisa de campo junto ao segmento agroindustrial de pequeno porte e à profissionais de assistência técnica visando à estruturação preliminar da sistemática proposta. Na sequência, houve a pré-validação com profissionais

<p>Familiares de Pequeno Porte POSSENTI (2010)</p>	<p>agroindústrias familiares de pequeno porte.</p>	<p>da área de Gestão Econômica diretamente ligados à agricultura familiar. Por fim, realizou-se a validação parcial junto a um dos empreendimentos agroindustriais que participaram da pesquisa de campo. Os principais resultados foram uma melhor organização do empreendimento e movimentação financeira, bem como o custeio da produção que permitiu o levantamento de indicadores de desempenho. Verificou-se também, que as chances de sucesso do empreendimento tendem a aumentar devido ao mapa de fluxo de caixa que a sistemática oferece, visto que a assistência técnica poderá auxiliar o empreendimento no tocante a endividamentos por conta de investimentos sem a previsão de retorno. Após a validação parcial, estruturou-se a sistemática final para apoiar a gestão econômica de agroindústrias familiares de pequeno porte.</p>
<p>Modelo de sistema de custeio para propriedades agrícolas familiares QUEIROZ e BATALHA (2004)</p>	<p>Elaborar e propor um modelo de apuração e controle de custos para produção de hortaliças em pequenas propriedades agrícolas familiares.</p>	<p>A pesquisa revelou que os produtores estudados não utilizam ferramentas gerenciais adequadas às chamadas práticas gerenciais modernas. As atividades de coleta, registro e controle das informações referentes à atividade produtiva são pouco utilizadas. Além disso, vários fatores internos, como baixa qualificação gerencial, formação escolar deficitária, acesso restrito à microinformática; aliados a fatores externos, como concentração monopsônica do setor de hortaliças, problemas de acesso a crédito, atuam negativamente sobre a gestão das empresas agrícolas familiares, prejudicando seu desenvolvimento. Na literatura são escassas as referências de tais ferramentas relacionadas com as especificidades dos agronegócios. As informações são ainda mais raras quando considerada a abordagem sobre temas referentes à agricultura familiar. O trabalho obteve como resultado principal o desenvolvimento e proposição de modelos para sistema de custeio e para indicadores de desempenho, direcionados às especificidades dos agricultores familiares pesquisados.</p>
<p>Ferramentas de gestão para a agricultura familiar: o uso de sistemas de custeio e indicadores de desempenho QUEIROZ (2003)</p>	<p>Questionar e criticar os métodos de implementação, apuração e controle de custos e indicadores de desempenho utilizados pela agricultura familiar, principalmente aqueles praticados em pequenas propriedades agrícolas familiares, além de sugerir novas direções para o desenvolvimento de ferramentas adequadas a este</p>	<p>A pesquisa revelou que os produtores estudados não utilizam ferramentas gerenciais adequadas às chamadas práticas gerenciais modernas. Atividades de coleta, registro, controle e utilização das informações referentes à atividade produtiva são parcamente utilizadas. Além disso, vários fatores internos (baixa qualificação, formação escolar deficitária, acesso restrito à microinformática, entre outros) e externos (concentração monopsônica do setor de hortaliças, além de pouco acesso a crédito e grandes mercados etc.) atuam negativamente sobre a gestão das empresas agrícolas familiares e prejudicam o seu desenvolvimento. A imperícia e a falta de práticas formais de controle prejudicam a implementação de um sistema de melhoria gerencial. No que diz respeito aos custos produtivos notou-se que os produtores analisados não possuem uma base de dados confiáveis e tampouco práticas gerenciais adequadas para que tal custo</p>

	propósito.	seja estabelecido com precisão. No entanto, o conhecimento prático adquirido ao longo dos anos de atividade, permite aos produtores estabelecerem as fases produtivas mais onerosas para a produção. Para a elaboração de um sistema de indicadores de desempenho para estes empresários, além do uso da bibliografia especializada, terá que se lançar mão da convivência com os referidos empresários, pois muito do que é necessário neste caso é de conhecimento tácito e não formal. Por meio dos dados preliminares, pôde-se notar que um sistema de custeio para o caso em questão deve ater-se com maior profundidade nas fases de “preparo do solo” e “fase de crescimento” da planta, pois, de acordo com os dados obtidos, são estas etapas que necessitam de maior investimento de capital e mão de obra para a produção de hortaliças.
A percepção dos gestores rurais sobre a utilização da contabilidade como instrumento de apoio aos estabelecimentos rurais KRUGER et al. (2013)	Verificar a percepção dos agricultores quanto à utilização da contabilidade como instrumento de apoio ao processo de gestão nos estabelecimentos rurais do município de Erval Grande – RS.	Observou-se que os produtores rurais do município não fazem o uso da contabilidade e de seus relatórios e, conseqüentemente, a maioria deles não separa os gastos particulares dos gastos com a atividade rural, bem como, não fazem o uso da contabilidade como instrumento de apoio e controle para o processo de gestão dos estabelecimentos rurais. Os resultados da pesquisa evidenciam, de modo geral, a carência na utilização da contabilidade no meio rural. Inicialmente no sentido do seu reconhecimento e objetivos pelos gestores rurais e, posteriormente, como instrumento de apoio ao processo de gestão dos custos, resultados, investimentos, para que as decisões sejam embasadas em informações que expressem a realidade econômica e financeira do estabelecimento.
Controle Financeiro em Propriedades Rurais: Estudo de Casos do 3º Distrito de Flores da Cunha CALGARO e FACCIN (2012)	Analisar como o agricultor pode formalizar a implantação de um fluxo de caixa em sua propriedade rural, por meio da observação do fluxo de entradas e saídas.	Os resultados demonstram que a maioria dos proprietários não utiliza ferramentas de controle devido à falta de conhecimento, sendo necessária proposta de intervenção para a construção de um fluxo adequado para a atividade rural, contudo, verificou-se que se pudessem utilizar um modelo simples de registros, haveria motivação suficiente para passar a utilizar tais controles. Assim sendo, com base nas informações coletadas propõe-se um modelo específico para a agricultura, de simples manuseio e de fácil compreensão, que após serem aprendidos despertará o interesse dos agricultores no desenvolvimento de novas ferramentas e aperfeiçoamento.
Análise da utilização de ferramentas contábeis e gerenciais de controle financeiro no ramo do agronegócio na região da Grande Dourados-MS VESTENA et al. (2009)	Analisar e verificar a utilização das técnicas básicas de controle financeiro como orçamento e fluxo de caixa no meio empresarial e produtivo rural da Região da Grande Dourados.	Os resultados demonstraram que a utilização de técnicas básicas de controle financeiro e previsão de gastos é bastante significativa entre a classe entrevistada. Todavia, constatou-se que os relatórios contábeis e gerenciais são realizados pelos próprios agricultores e sem a consultoria de um profissional especializado, o que compromete a confiabilidade dos relatórios e prejudica o processo de tomada de decisão. A análise gerencial nas propriedades não é feita, pois os produtores se baseiam na experiência

		com a produção de grãos nos anos anteriores para prever seus gastos. Os produtores rurais têm o foco de buscar técnicas de trabalho e produtos agrícolas que possam diminuir os seus custos. Com isso, deixam de lado o controle financeiro e orçamentário da propriedade ou realizam o mesmo de forma precária e ineficaz, o que os prejudica no processo de tomada de decisão.
Instrumentos de gestão financeira utilizados pelos produtores de grãos de São Gabriel do Oeste, Mato Grosso do Sul COLLETA et al. (2013)	Identificar os instrumentos de controle e de análise econômico-financeira utilizados pelos produtores de grãos de São Gabriel do Oeste - MS, assim como a importância dada por eles à função administrativa de controle.	Por meio de questionário aplicado a uma amostra de produtores, foi possível constatar que ainda existem produtores que não fazem nenhum tipo de controle. E os que o fazem, nem sempre utilizam esses instrumentos da maneira correta, levando em consideração apenas alguns componentes do custo total. Além disso, muitos deles ainda não utilizam da tecnologia computacional como uma ferramenta de auxílio em suas empresas rurais. Embora a proporção de produtores que compreende e executa a gestão financeira de maneira correta seja reduzida, existe uma percepção generalizada sobre a importância de um controle efetivo para identificar falhas no planejamento, entender as divergências ocorridas e, assim, implementar ações corretivas e ajustar novas metas. Neste contexto, visualiza-se a necessidade de assistência técnica mais adequada, capaz de orientar o produtor também na área de gestão, salientando-se que esse serviço deve ser planejado segundo as especificidades de cada tipo de produtor, como identificado pelos resultados da análise multivariada.
Gestão das propriedades rurais do Oeste de Santa Catarina: as fragilidades da estrutura organizacional e a necessidade do uso de controles contábeis ZANIN et al. (2013)	Identificar as características referentes à estrutura, controles financeiros e perspectivas futuras das propriedades rurais do Oeste de Santa Catarina.	Verificou-se que os produtores rurais dos municípios de Quilombo, Coronel Freitas e Cordilheira Alta não utilizam a contabilidade, nem seus relatórios e, conseqüentemente, a maioria deles não realiza a separação dos gastos particulares dos gastos com as atividades rurais, além disso, não utiliza a contabilidade como instrumento de apoio e controle para o processo de gestão das atividades. De modo geral, os resultados ressaltam a carência no uso da contabilidade no meio rural, pois a maioria dos produtores não utiliza os relatórios gerenciais para realizar a análise dos custos, dos resultados e dos investimentos das atividades rurais, bem como demonstram a carência da utilização de controles contábeis no meio rural, as fragilidades da estrutura organizacional e principalmente do processo de continuidade das propriedades rurais do Oeste de Santa Catarina.
Percepção de importância da contabilidade de custos na produção de leite: um estudo com produtores rurais de Alfredo Chaves-E.S. DUMER et al. (2015)	Avaliar qual a percepção de importância atribuída à contabilidade de custos na gestão de seus empreendimentos rurais, mais especificamente na	De modo geral, conclui-se pela análise da literatura sobre o tema, que a contabilidade rural, mais especificamente a contabilidade de custos, é um instrumento de controle de extrema relevância para o bom desempenho das empresas do agronegócio. Os dados coletados junto aos produtores de leite demonstram que a maioria atribui uma alta percepção de importância aos atributos e ferramentas da contabilidade de custos abordadas, porém em todas as questões também existem

	atividade de pecuária leiteira.	produtores relatando estes atributos e ferramentas.	considerar como irrelevantes
--	---------------------------------	---	------------------------------

Quadro 1: Análise de Estudos Correlatos ao Tema da Gestão Econômico-Financeira na Agricultura Familiar
Fonte: Dados da pesquisa (2016)

De maneira geral, os resultados dos estudos indicam deficiências na utilização da contabilidade como instrumento de apoio e controle para o processo de gestão das atividades no meio rural, as quais afetam seu desempenho e desenvolvimento.

Os resultados também evidenciaram que o conhecimento das informações e ferramentas gerenciais é limitado, bem como a maioria dos produtores rurais não utiliza ferramentas de controle devido à falta de conhecimento. As atividades de coleta, registro e controle das informações referentes à atividade produtiva são pouco empregadas. A maior parte dos produtores rurais não separa os gastos particulares dos gastos com a atividade rural. Além disso, muitos deles ainda não utilizam da tecnologia computacional como uma ferramenta de auxílio na gestão das propriedades.

Os resultados de Vestena et al. (2009) demonstraram que a utilização de técnicas básicas de controle financeiro e previsão de gastos é bastante significativa entre a classe entrevistada. Os produtores rurais têm como foco buscar técnicas de trabalho e produtos agrícolas que possam diminuir seus custos. Com isso, deixam de lado o controle financeiro e orçamentário da propriedade ou realizam o mesmo de forma precária e ineficaz, o que os prejudica no processo de tomada de decisão.

Por sua vez, Colleta et al. (2013) constataram que ainda existem produtores que não fazem nenhum tipo de controle. E os que o fazem, nem sempre utilizam esses instrumentos da maneira correta, levando em consideração apenas alguns componentes do custo total. Embora a proporção de produtores que compreende e executa a gestão financeira de maneira correta seja reduzida, existe uma percepção generalizada sobre a importância de um controle efetivo para a atividade.

Para Calgaro e Faccin (2012) é necessária proposta de intervenção para a construção de ferramentas adequadas para a atividade rural, um modelo específico, de simples manuseio e de fácil compreensão, capaz de despertar o interesse dos agricultores na utilização de tais controles.

O estudo de Dumer et al. (2015) demonstrou que a maioria dos produtores pesquisados atribui uma alta percepção de importância aos atributos e ferramentas

da contabilidade de custos abordadas, porém em todas as questões também existem produtores relatando considerar como irrelevantes estes atributos e ferramentas.

Com base no portfólio bibliográfico, depreende-se que para desenvolver uma ferramenta de controle econômico-financeiro que atenda às necessidades dos agricultores familiares de modo simples e prático, além do uso da bibliografia especializada, faz-se necessário o contato com os referidos produtores, a fim de obter conhecimento tácito e compreender a realidade econômica e financeira de suas propriedades.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização da presente pesquisa e, conseqüentemente, para o alcance dos resultados esperados, alguns procedimentos metodológicos foram adotados para garantir a criteriosa investigação dos elementos propostos.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Por meio da pesquisa científica busca-se obter respostas para problemas da realidade, sendo que, quando não há subsídios suficientes para a resolução dos mesmos, a fundamentação teórica tende a fornecer os dados e informações necessárias sobre determinado assunto.

Deste modo, Gil (2002, p. 17) apresenta a pesquisa científica como sendo um “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. Assim sendo, verifica-se a importância da pesquisa na ciência, pois é por meio dessa que serão coletados e analisados dados que se converterão em fonte de informação.

Levando-se em consideração a problemática e os objetivos que a presente pesquisa se propôs a alcançar, por meio de seu objetivo geral de diagnosticar as percepções dos agricultores familiares que atuam na feira-livre de Pato Branco - PR sobre as informações econômico-financeiras na gestão da atividade de horticultura, verificou-se que suas características fundamentais correspondem a um estudo de caso exploratório de abordagem qualitativa. A coleta de dados teve como base a realização de entrevistas semiestruturadas, sob a forma de roteiro preestabelecido.

Para Oliveira (2000), o método qualitativo mensura as categorias e atributos do objeto em estudo, tais como: qualidade, relação, ação, paixão, dor, amor, hábitos, atitudes, prazer e preferências, entre outras variáveis. De acordo com o autor, as pesquisas com abordagem qualitativa têm o intuito de descrever a complexidade de uma determinada hipótese ou problema, analisando a interação de certas variáveis, compreendendo e classificando processos de mudança, criação ou formação de opiniões de determinados grupos.

Da mesma forma Richardson (2008, p. 79) afirma que a abordagem qualitativa dos dados proporciona uma “compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados”. Deste modo, por buscar compreender as percepções dos agricultores familiares horticultores que atuam na feira-livre de Pato Branco - PR a respeito das informações econômico-financeiras na gestão da atividade, a pesquisa em questão compreenderá a abordagem de características e informações referentes a hábitos, preferências, formação de opiniões do referido grupo e a compreensão em profundidade dos aspectos em questão, seus significados e suas características, sendo assim caracterizada como qualitativa.

Considerando a natureza da pesquisa, este estudo caracteriza-se como exploratório que, de acordo com Gil (2002, p. 41), “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema”. Segundo Gil (2002) e Richardson (2008), o estudo exploratório é realizado quando as características de um tema ou problema não estão explícitas e deseja-se compreender o fenômeno. O enquadramento como estudo exploratório justifica-se pela busca de maior compreensão das percepções dos agricultores a respeito das informações econômico-financeiras presentes na gestão da atividade hortícola, em virtude da necessidade de avanço de conhecimento sobre a gestão nesse contexto tão particular que é agricultura familiar.

A presente pesquisa configura-se como um estudo de caso que, segundo Gil (2002, p. 54) é “caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento”. De acordo com o autor, a maior utilidade deste método é verificada nas pesquisas exploratórias.

Respectivamente, o autor Yin (2005, p. 26) destaca que o estudo de caso utiliza-se de “observação direta dos acontecimentos que estão sendo estudados e entrevista das pessoas nele envolvidas”, os quais possibilitaram a concretização dos objetivos específicos estabelecidos no estudo em questão.

3.2 PROCEDIMENTOS PARA SELEÇÃO DO PORTFÓLIO BIBLIOGRÁFICO

Para melhor compreender a problemática da gestão econômico-financeira no contexto da agricultura familiar, bem como elaborar o instrumento de pesquisa, surgiu a necessidade de selecionar na literatura estudos correlatos ao tema desta pesquisa.

O portfólio bibliográfico foi composto por produções científicas selecionadas aleatoriamente dos seguintes repositórios digitais de publicações: SPELL (*Scientific Periodicals Electronic Library*), SciELO (*Scientific Electronic Library Online*) e Google Acadêmico. A pesquisa para seleção dos trabalhos foi realizada utilizando-se das seguintes palavras-chaves, termos equivalentes e combinações: agricultura familiar, percepção dos agricultores sobre a utilização da contabilidade, gestão econômico-financeira na agricultura familiar, gestão de propriedades rurais, informações e ferramentas gerenciais na agricultura familiar, controle financeiro em propriedades rurais, instrumentos e ferramentas de gestão econômico-financeiras, entre outros.

Ao término da busca pelas publicações por meio da pesquisa acima descrita, a etapa seguinte consistiu em selecionar dentre os resultados encontrados aqueles cujos títulos estivessem alinhados com o tema, resultando em 40 (quarenta) trabalhos científicos. Na sequência, foi realizada a leitura do resumo e introdução destes, a fim de verificar de maneira mais profunda a conformidade com o tema em estudo, etapa da qual restaram 19 (dezenove) publicações.

Para finalizar o processo de seleção, efetuou-se a leitura completa dos 19 (dezenove) trabalhos científicos buscando identificar aqueles que auxiliassem na compreensão do tema gestão econômico-financeira na agricultura familiar e na consecução dos objetivos propostos na presente pesquisa. Deste modo, o portfólio bibliográfico compreende 11 (onze) publicações, apresentadas no Quadro 1 da fundamentação teórica.

3.3 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

O objeto de estudo nesta pesquisa são os agroecossistemas de agricultores familiares que atuam na feira-livre de Pato Branco - PR. Para a seleção dos agroecossistemas participantes neste estudo de caso buscou-se a atividade mais expressiva na feira-livre. Em estudo anterior Silva (2015) verificou que cerca de 20 (vinte) agricultores familiares trabalham com a horticultura na feira, vendendo verduras, legumes e frutas. Levando em consideração as limitações de tempo e a disponibilidade de participação dos agricultores familiares horticultores, optou-se por concretizar a pesquisa com 3 (três) agroecossistemas.

Assim, definidos os agroecossistemas para o estudo de caso, foram organizados os processos para coleta de dados, sendo essa uma etapa importante para o bom desempenho da pesquisa. Chizzotti (1998, p. 51) afirma que é nesta fase que “coletam-se dados oriundos da observação ou dados que se obtêm suscitando respostas e declarações de pessoas capazes de fornecer informações úteis aos objetivos da pesquisa”.

Para Gil (2002), a coleta de dados no estudo de caso é feita por meio dos mais diversos procedimentos. Os mais usuais são: observação, análise de documentos, entrevista e depoimentos pessoais. Os dados necessários para a realização deste estudo foram levantados por meio da aplicação de entrevistas semiestruturadas, sob a forma de roteiro preestabelecido, na qual a presença do pesquisador facilita a troca de informações para a interpretação de pontos com dúvidas.

Segundo Richardson (2008), a entrevista configura-se como um ponto importante na elaboração da pesquisa, pois é um processo de interação que gera uma estreita relação entrevistador-entrevistado. A opção pela utilização de entrevistas semiestruturadas é feita quando se pretende identificar, além da frequência de um fato, como e porque este ocorre.

Na entrevista semiestruturada o pesquisador já tem conhecimento do tema e estabelece questões preliminares, que podem ser adaptadas conforme a necessidade da entrevista (TRIVIÑOS, 1987). Assim o roteiro semiestruturado assegura o questionamento de aspectos considerados fundamentais, mas também

permite colocações adicionais sobre o tema tanto para o entrevistador como para o entrevistado.

O roteiro semiestruturado utilizado na realização das entrevistas encontra-se no Apêndice A e está dividido em três blocos, a saber: caracterização, informações econômico-financeiras na horticultura e percepções sobre as informações econômico-financeiras.

O Bloco I – Caracterização foi elaborado a fim de atender ao primeiro objetivo específico da presente pesquisa, que propôs caracterizar o perfil dos agricultores familiares horticultores que atuam na feira-livre de Pato Branco – PR. Nessa parte do roteiro apresentam-se questões a respeito dos membros da família residentes na propriedade, caracterização da área total e da porção de terra utilizada para exercer a atividade de horticultura, bem como aborda-se a gestão da agricultura familiar realizada no agroecossistema.

Já o Bloco II – Informações Econômico-Financeiras na Horticultura foi construído com o propósito de atingir o segundo objetivo específico proposto: verificar as informações econômico-financeiras existentes na atividade de horticultura. Nessa seção são abrangidas perguntas a respeito do registro de informações econômico-financeiras, uso de dados da atividade para tomada de decisões, gestão dos custos, despesas e preços de venda e demais informações referentes à produção e sua comercialização.

Por sua vez, o Bloco III – Percepções sobre as Informações Econômico-Financeiras visa alcançar o terceiro objetivo específico do estudo: identificar as percepções dos agricultores quanto à relevância das informações econômico-financeiras para a gestão da atividade de horticultura, por intermédio da assimilação da importância atribuída pelos agricultores e possibilidade de controle ou apuração destas informações. Também é contemplada questão referente às características que os entrevistados acreditam serem imprescindíveis a uma ferramenta de controle gerencial adequada ao seu contexto.

As questões apresentadas no roteiro de entrevista semiestruturado foram elaboradas tendo como base estudos anteriores de QUEIROZ (2003), LOURENZANI (2005), SELLA, ICHIKAWA e LOPES (2008), ALVES (2010), HOFER et al. (2010), POSSENTI (2010), CALGARO e FACCIN (2012), KRUGER et al. (2013), SÖTHE, DRESEL e DILL (2014) e demais indagações consideradas pelas pesquisadoras como pertinentes ao tema e relevantes para a pesquisa.

Diante do exposto, as entrevistas foram realizadas nas propriedades, no período de 07 a 26 de julho de 2016, com os agricultores familiares do segmento de horticultura da feira-livre de Pato Branco – PR, gestores do empreendimento e considerados fontes primárias de informação. De acordo com Cervo e Bervian (1996), fontes primárias são aquelas que pretendem levantar informações em primeira mão, utilizando-se de instrumentos como questionários, entrevistas e observações, com o propósito de atender às necessidades específicas da pesquisa em andamento.

Os dados coletados com a aplicação das entrevistas são apresentados sob a forma de relatos, amparados pelos parâmetros da análise de conteúdo que, segundo Bardin (2009, p. 40) corresponde a “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”.

Da mesma forma, Franco (2008, p. 23) descreve a análise de conteúdo como “um procedimento de pesquisa que se situa em um delineamento mais amplo da teoria da comunicação e tem como ponto de partida a mensagem”. Ainda, conforme o autor, os resultados da análise de conteúdo devem refletir os objetivos da pesquisa, sendo sua contextualização considerada como um dos principais requisitos no sentido de garantir a relevância dos resultados a serem divulgados.

Foram utilizados procedimentos qualitativos para a análise e interpretação do conteúdo das entrevistas. As respostas dos agricultores familiares foram apresentadas de forma individual, em sua grande maioria, e analisadas conjuntamente, buscando a identificação de pontos semelhantes ou divergentes nos agroecossistemas. Ressalta-se que todo processo de análise dos resultados está ancorado nos conceitos apresentados e discutidos na revisão de literatura sobre o tema.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para a resolução do problema e alcance dos objetivos propostos pela presente pesquisa foram realizadas entrevistas com agricultores familiares do ramo de horticultura que atuam na feira-livre de Pato Branco – PR, considerados gestores do empreendimento.

Neste capítulo são apresentados e discutidos os resultados da pesquisa, estruturado conforme os três blocos do roteiro de entrevista, a saber: caracterização, informações econômico-financeiras na horticultura e percepções sobre as informações econômico-financeiras.

4.1 CARACTERIZAÇÃO

A fim de caracterizar o perfil dos agricultores familiares horticultores selecionados para o estudo e atender ao primeiro objetivo específico da pesquisa, serão apresentadas informações a respeito dos agroecossistemas familiares e da gestão realizada nas propriedades.

Referente à localização dos agroecossistemas, todos pertencem ao município de Pato Branco - PR, sendo que 2 (dois) situam-se na comunidade de Passo da Ilha e 1 (um) na comunidade de Sede Gavião.

Para preservar a identidade das famílias não serão divulgados os nomes dos agricultores, nem serão feitas referências às suas propriedades, sendo utilizados números para identificar os agroecossistemas.

Apresenta-se na Tabela 1 a seguir a composição das famílias e sua faixa-etária, na qual verifica-se que possuem de 4 (quatro) a 5 (cinco) membros, sendo que todas são compostas por casais e seus filhos. Vale salientar que Silva (2015) constatou em sua pesquisa que a composição familiar dos agroecossistemas era formada, em sua maioria, por poucos membros, sendo 40% das famílias compostas apenas pelo casal. Deste modo, verificou-se uma tendência de retorno dos filhos para o trabalho na horticultura no último ano.

Tabela 1: Composição das Famílias e Faixa-Etária

Agroecosistema	Até 12 anos	13 a 19 anos	20 a 39 anos		40 a 59 anos		60 anos ou mais		Total de membros
	Criança	Jovem	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	
A1	-	1	1	1	1	1	-	-	5
A2	1	1	-	-	1	1	-	-	4
A3	-	-	1	1	1	1	-	-	4
Total	1	2	2	3	3	2	-	-	14

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Observa-se também na Tabela 1 que nenhuma família possui membro com idade superior a 60 (sessenta) anos e a idade dos agricultores responsáveis pelas propriedades concentra-se na faixa-etária entre 40 (quarenta) a 59 (cinquenta e nove) anos. No estudo de Lourenzani (2005, p. 74) foi identificada uma tendência de envelhecimento dos gestores rurais, sendo que aproximadamente 57% da amostra apresentava idade superior a 41 (quarenta e um) anos. Segundo o autor supracitado, “produtores mais velhos podem ser mais conservadores em relação a novas técnicas de manejo e gestão da propriedade. Eles buscam a estabilidade e têm aversão a riscos”. Neste sentido, verifica-se que a amostra de agricultores avaliada neste estudo enquadra-se nessa mesma faixa etária, cujo conservadorismo pode induzir a uma relutância em adotar novas práticas de gestão da propriedade.

Quanto ao grau de escolaridade, os dados coletados estão apresentados na Tabela 2 abaixo. Constatou-se que apenas 1 (um) dentre os componentes das 3 (três) famílias possui formação superior. Do total analisado, 5 (cinco) possuem Ensino Fundamental Incompleto, sendo que destes, 2 (dois) ainda estão estudando e 4 (quatro) concluíram o Ensino Médio.

Tabela 2: Grau de Escolaridade dos Componentes das Famílias

Agroecosistema	Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Fundamental Completo	Ensino Médio Incompleto	Ensino Médio Completo	Ensino Superior	Total
A1	2	1	-	2	-	5
A2	2	-	1	1	-	4
A3	1	1	-	1	1	4
Total	5	2	1	4	1	13

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

A pesquisa de Söthe, Dresel e Dill (2014, p. 8) revelou um baixo nível de formação escolar dos gestores, em decorrência de seu limitado acesso ao ensino no período de idade escolar, o que pode “influenciar significativamente a utilização das ferramentas e informações gerenciais, pois, quanto maior a formação, maior deverá ser o seu conhecimento e utilização”.

Para Lourenzani (2005), dentre outros fatores, o grau de escolaridade, reproduz o modo pelo qual os agricultores familiares lidam com as atividades habituais e comandam sua produção. De acordo com este autor, o baixo nível de escolaridade apresenta-se como um obstáculo ao desenvolvimento das atividades. “Trata-se de uma variável com forte correlação na assimilação de informações, nas técnicas de manejo e produção, além do uso de ferramentas de gestão da propriedade” (LOURENZANI, 2005, p. 74).

Ainda, de acordo com Alves (2010), o baixo nível de formação educacional dos agricultores familiares configura-se como uma desvantagem no atual cenário de mercado, levando-se em consideração a consequente falta de preparo no contexto da competitividade tecnológica e econômica.

Nesse sentido, observa-se que os resultados sobre o tema encontrados na literatura são similares aos da presente pesquisa, em que verifica-se que a baixa escolaridade dos gestores dos agroecossistemas estudados acaba por dificultar a utilização de informações e ferramentas econômico-financeiras e, conseqüentemente, a gestão do empreendimento, principalmente no que tange à falta de conhecimento sobre tais recursos.

Quanto às horas diárias de trabalho na atividade de horticultura, observou-se que os casais responsáveis pelas 3 (três) propriedades laboram o dia inteiro, assim como o filho adulto do agroecossistema A3, a filha e o genro do agroecossistema A1. O filho mais jovem residente na propriedade A1 trabalha meio período, já os 2 (dois) filhos que moram na propriedade A2 colaboram nas atividades esporadicamente. Verificou-se também que nenhum agroecossistema possui funcionário externo à família com vínculo empregatício.

Na discussão com os agricultores sobre aspectos relacionados às horas de trabalho diário, foi verificado que a atividade de horticultura demanda muito tempo de mão de obra, levando-os a deixar em segundo plano as questões relacionadas à gestão de informações econômico-financeiras da atividade. Ressalta-se que os gestores do agroecossistema A2 efetuavam controle financeiro por meio do

computador e deixaram de fazê-lo por falta de tempo, uma vez que consideram mais importante despendar seus esforços na produção.

A família do agroecossistema A3 atua há cerca de 25 (vinte e cinco) anos na atividade hortícola. As outras famílias atuam há 11 (onze) e 12 (doze) anos no segmento. De acordo com Queiroz (2003, p. 6), o longo período de atuação deve-se ao fato de que “as atividades agrícolas e principalmente as familiares são bastante influenciadas pelos fatores culturais e pela hereditariedade da empresa e do conhecimento acerca da atividade”. Tal informação é confirmada pela constatação de que a terra ocupada por duas famílias é própria, proveniente de herança. Salienta-se que o agroecossistema A3 adquiriu outra parte de terra (um alqueire), além da recebida em espólio. Ainda, a área ocupada pelo agroecossistema A1 pertence a familiares do casal, sendo que não é pago arrendamento.

Em relação ao tamanho das propriedades estudadas e a respectiva porção de terra utilizada para a horticultura, os dados são exibidos na Tabela 3:

Tabela 3: Caracterização dos Agroecossistemas quanto à Área

Agroecossistema	Área total da propriedade (hectares)	Área utilizada para a horticultura (hectares)
A1	2,72	1,53
A2	8,5	2,5
A3	13,6	1,36

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Verifica-se que todos os agroecossistemas analisados possuem até 1 (um) módulo fiscal, enquadrando-se assim como pequenas propriedades rurais, de acordo com a Lei nº 8.629 (BRASIL, 1993).

Ao serem questionados sobre as atividades realizadas em suas propriedades, os gestores do agroecossistema A1 afirmaram não desenvolver outra atividade além da horticultura, o que se justifica pelo fato de a propriedade ser pequena e utilizar cerca de 60% de sua área para o plantio de hortaliças. Nas outras duas propriedades, onde a área total de terras é maior em relação ao primeiro agroecossistema, as famílias também realizam a produção de *commodities* (feijão, milho, trigo e soja). O agroecossistema A3 é o único que dispõe de fonte de renda não agrícola, originária de aposentadoria de um membro da família.

Quanto aos canais de venda, os produtos cultivados na propriedade A1 são vendidos somente na feira-livre. Já a produção do agroecossistema A3 também é comercializada em um supermercado do município e os produtos do agroecossistema A2 são comercializados, além da feira-livre, em supermercados e no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Com relação a esse aspecto, salienta-se que os gestores do agroecossistema A1 optaram por comercializar seus produtos somente na feira-livre devido à obrigatoriedade de entrega diária dos produtos e experiências negativas que tiveram ao participar do PNAE, cujo prazo de recebimento das vendas foi considerado muito longo. Também decidiram por não fornecer produtos aos supermercados em virtude da exigência de abastecimento mínimo e frequente, visto que não há disponibilidade de mão de obra para atender essa demanda. Já os responsáveis pelo agroecossistema A3 escolheram vender também no supermercado por resultar em uma receita maior, com recebimento mensal garantido, apresentar poucas perdas e ampla demanda.

A fim de melhor compreender o processo de gestão, os agricultores foram indagados a respeito da responsabilidade pela tomada de decisões na propriedade. Foi constatado que em todos os agroecossistemas a família decide em conjunto sobre eventuais investimentos, aquisição de financiamentos, planejamento da produção e definição do preço de venda. Na literatura resultado distinto foi encontrado na pesquisa de Lourenzani (2005), na qual constatou-se que as principais decisões são tomadas pelo homem, embora as mulheres sejam responsáveis por certas atividades nos estabelecimentos familiares rurais.

Sobre o processo de tomada de decisões, sabe-se que as escolhas quanto ao que cultivar e a tecnologia a ser adquirida, a solicitação de crédito, o processo de compra de insumos e venda de produtos, dentre outros, são elementos que afetam expressivamente a performance de empreendimentos rurais. Trabalhar simultaneamente com essas funções complexas requer capacitações gerenciais, ausentes na maior parte dos produtores e, portanto, nas suas organizações (LOURENZANI, 2005).

Nesse sentido, segundo Crepaldi (2012), todas as atividades rurais demandam um controle eficiente para uma boa gestão, por menores que sejam. Todavia, verificou-se que até o momento nenhum integrante das famílias participou de curso de capacitação voltado aos controles gerenciais da propriedade. A

pesquisa de Possenti (2010) apresentou resultado semelhante, na qual nenhum dos entrevistados participou de qualquer treinamento voltado à gestão empresarial ou à gestão rural. Tal constatação evidencia que os agricultores familiares não possuem preparo gerencial adequado para planejar e controlar a produção, bem como para administrar os recursos por esta gerados. Enquanto os aspectos técnicos produtivos (insumos, preparo do solo, operações agrícolas, etc.) são considerados elementos da rotina operacional, o emprego cotidiano de instrumentos de gestão não é comum.

Crepaldi (2012) afirma que muitos dos serviços contábeis que são importantes instrumentos gerenciais não são utilizados pelos donos da maioria das propriedades rurais. Segundo o autor supracitado, o grande problema para a efetiva utilização da contabilidade no meio rural consiste na complexidade e no custo de manutenção de um bom serviço contábil. Apesar da importância da contabilidade para a gestão dos empreendimentos rurais ressaltada pela literatura, verificou-se que nenhum dos agroecossistemas dispõe de assessoria de profissional ou escritório contábil, bem como demonstraram não ter interesse em contratar o serviço, alegando não ser necessário pela dimensão da produção e por não empregarem funcionários. Resultado análogo foi constatado na pesquisa de Hofer et al. (2010), em que 80,43% dos entrevistados que não têm assessoria contábil, articularam não ter interesse na adoção deste serviço, justificando que as propriedades são pequenas, que oneraria muito as atividades e que o controle atual é suficiente.

A respeito da utilização da informática como ferramenta de suporte para os controles gerenciais da propriedade, 2 (dois) agroecossistemas possuem computador e o terceiro afirmou ter condições de utilizar caso necessário. Possenti (2010) salienta que a utilização da informática ainda não é considerada pela população do meio rural como um instrumento necessário para auxiliar na gestão de seus negócios, fato constatado na presente pesquisa, visto que nenhum dos agroecossistemas estudados utiliza atualmente a informática na gestão da propriedade.

Denota-se, portanto, que as famílias analisadas são compostas por poucos integrantes, sendo que, de maneira geral, estes possuem baixa formação escolar e nenhum participou de curso de capacitação gerencial, ou seja, não possuem qualificação formal voltada para a administração de seus empreendimentos. Os agroecossistemas não dispõem de assessoria de profissional ou de escritório

contábil e possuem condições de utilizar a informática para auxílio à gestão da propriedade. Tais resultados podem impactar consideravelmente na utilização de informações e ferramentas gerenciais na atividade agrícola familiar.

4.2 INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS NA HORTICULTURA

Com o propósito de contemplar o segundo objetivo específico proposto, foram discutidas questões referentes às informações econômico-financeiras existentes na atividade de horticultura.

Desse modo, ao serem questionados a respeito do registro de informações econômico-financeiras referentes à atividade produtiva da horticultura, apenas o responsável pelo agroecossistema A1 afirmou realizar anotações de pedidos de clientes e vendas a prazo em um caderno. Com relação às demais informações que não são registradas, o motivo apresentado para a ausência de anotações foi falta de tempo, embora acreditem que se dispusessem de tais informações, poderiam utilizá-las na tomada de algumas decisões.

Da mesma forma, foi constatado que os gestores do agroecossistema A2 realizavam anotações em um caderno a respeito das vendas efetuadas na feira-livre, porém, apesar de considerarem que a ausência dessas informações impacta na tomada de decisões, acabaram por não continuar os registros, alegando desânimo, dificuldades e falta de um modelo prático para uso nos controles gerenciais.

Por sua vez, os gestores do agroecossistema A3 afirmaram que não há qualquer registro formal de dados. O motivo apresentado para a inexistência de anotações foi dificuldade de registrar a grande variedade de informações que necessitam de controle. Apesar disso, consideram que a ausência de registro dessas informações impacta no momento de tomar decisões a respeito da atividade.

A afirmação de Crepaldi (2012) de que poucos agricultores fazem anotações contábeis de forma sistemática e sabem de fato como vai seu negócio corroboram os resultados apresentados acima. Autores de estudos anteriores também chegaram a conclusões semelhantes. Zanin et al. (2013), em pesquisa que buscou identificar as características referentes à estrutura, controles financeiros e perspectivas futuras das propriedades rurais do Oeste de Santa Catarina, verificaram que 54% das

propriedades não possuem controles significativos que auxiliem o gestor rural na tomada de decisões referente às atividades da propriedade.

Do mesmo modo, Queiroz (2003) constatou que os produtores não utilizavam ferramentas gerenciais adequadas às chamadas práticas modernas e que as atividades de coleta, registro e controle das informações referentes à atividade produtiva eram pouco utilizadas. As principais razões apresentadas pelos produtores para a ausência de registros foram “falta de tempo”, “não acha importante” e “falta de hábito”, respectivamente por incidência de respostas. Exceto quanto à relevância, os demais motivos são condizentes com os alegados pelos gestores entrevistados dos agroecossistemas que atuam na feira-livre de Pato Branco – PR. Pode-se inferir que a baixa qualificação dos agricultores e a ausência de assessoria contábil são empecilhos para o registro de informações econômico-financeiras referentes à atividade produtiva da horticultura.

Tendo em vista a inexistência ou o registro parcial de informações econômico-financeiras, buscou-se compreender como os agricultores familiares realizam a gestão da atividade.

Nesse contexto, Hofer et al. (2010) afirmam que planejar é definir com antecedência as ações que serão realizadas, determinar os recursos a serem empregados e as respectivas atribuições de responsabilidades em relação a um período futuro, a fim de alcançar os objetivos estabelecidos para um empreendimento.

Ao serem questionados sobre como planejam a produção hortícola, a respeito do que produzir e em qual quantidade, os gestores dos 3 (três) agroecossistemas afirmaram que acompanham a demanda dos produtos e se baseiam na produção de anos anteriores, ou seja, o plantio é realizado de acordo com as vendas e, para isso, contam com a experiência adquirida ao longo do tempo de atuação na atividade.

Resultado semelhante foi evidenciado na pesquisa de Vestena et al. (2009), na qual os produtores rurais entrevistados apontaram tendências de mercado, condições climáticas e experiência na atividade como principais fatores que influenciam na decisão de qual cultura plantar.

Cabe ressaltar que em virtude dos agricultores pesquisados realizarem o planejamento da produção baseados no passado, ou seja, na produção e demanda de anos anteriores, seria extremamente importante e mais eficiente se os mesmos

pudessem dispor de dados confiáveis em relação a essas quantidades, deixando de contar apenas com a memória no momento de resgatar tais informações para planejar ações futuras.

Durante as entrevistas buscou-se também identificar como os agricultores tomam decisões a respeito da realização de novos investimentos na horticultura. Os gestores do agroecossistema A1 afirmaram que avaliam se o investimento trará benefícios e que preferem evitar financiamentos, conforme relatado:

“Se vai produzir mais feijão, tem que ter lugar para guardar, porque tudo ali no porão também não cabe, tá cheio [...] se sabe que vai pagar faz, senão, não faz [...] se tem que financiar tudo então não [...] financiar tudo em banco não vale a pena, os juros são muito altos” (Agroecossistema A1).

Por sua vez, os gestores do agroecossistema A2 decidiram investir em novas estufas por haver menor risco de perdas no cultivo hidropônico e para atender a crescente demanda do mercado:

“Somando o que a primeira (estufa) deu a gente calculou que uma só era muito pouquinho, não supria nada o mercado, muito pequena, não dava para dar o giro, manter a sequência, então parava com a parte de hidroponia ou aumentava, aí aumentamos para manter” (Agroecossistema A2).

Já os responsáveis pelo agroecossistema A3, além de avaliar a necessidade, preferem reservar o dinheiro até obter o valor total para realizar investimentos, não tendo que recorrer a empréstimos ou financiamentos:

“Foi feito um barracão novo com uma reserva que tinha, temos o costume de primeiro guardar para depois fazer o investimento e era necessário, o outro barracão estava caindo, chovendo dentro e deu temporal e quebrou tudo, era velho e de madeira [...] dentro do barracão ficam todas as máquinas: carreta, rotativa, pulverizador, trator, os adubos, esparramador de ureia, e assim estão livres da chuva” (Agroecossistema A3).

Conforme identificado acima, destaca-se a postura conservadora dos gestores dos agroecossistemas A1 e A3, que optam por evitar financiamentos na realização de investimentos na propriedade, buscando utilizar, em sua maioria, capital próprio. Tal atitude demonstra preocupação com as finanças e tende a ser favorável para o empreendimento, à medida que impede o endividamento. Entretanto, caso dispusessem de ferramentas para avaliar criteriosamente a viabilidade do investimento, em relação aos seus riscos, e a possibilidade de retorno do capital investido poderiam ter postura empreendedora no negócio. Tal atitude foi verificada no agroecossistema A2, cujos gestores preferiram financiar a construção de 3 (três) novas estufas e, assim, ampliar a produção, uma vez que há demanda no mercado e o investimento realizado na primeira estufa foi vantajoso.

Ainda, com o propósito de melhor compreender a gestão das propriedades, foi questionado aos agricultores responsáveis pelos agroecossistemas como é realizado o cálculo dos custos de produção de um determinado produto, buscando identificar o que é considerado na definição do preço de venda. Para Martins (2009, p. 22) “o conhecimento dos custos é vital para saber se, dado o preço, o produto é rentável; ou, se não rentável, se é possível reduzi-los (os custos)”.

Verificou-se que, de maneira geral, os gestores não realizam qualquer cálculo formal dos custos de produção e identificam claramente apenas os custos variáveis referentes ao valor unitário da muda e da embalagem utilizada em cada produto. De acordo com os gestores do agroecossistema A2, é muito difícil calcular os custos de produção:

“Envolve mil coisas, acho que nem uma contabilidade conseguiria chegar num fator, porque você perde pra tudo: perde para o bichinho, perde para doença que dá e morre quase tudo, às vezes o tempo não ajuda [...] a gente nunca somou o adubo que vai, o tempo de carpir o canteiro, o trator para mexer a terra” (Agroecossistema A2).

Tal resultado corrobora a afirmação de Alves (2010, p. 15) de que, de modo geral, “alguns agricultores familiares têm pouca noção sobre os custos e ganhos obtidos em sua unidade de produção”. Segundo o autor, um dos fatores que contribui para essa situação é a falta de conhecimento a respeito da importância do controle de custos, visto que a inexistência deste dificulta a geração de dados concisos sobre os gastos obtidos em toda produção, sendo desfavorável ao agricultor familiar.

Em relação aos custos produtivos, no estudo de Queiroz (2003, p. 10) “notou-se que os produtores analisados não possuem uma base de dados confiáveis e tampouco práticas gerenciais adequadas para que tal custo seja estabelecido com precisão”. Contudo, o conhecimento prático adquirido no decorrer dos anos de atividade, possibilita aos agricultores estabelecerem as fases produtivas mais onerosas para a produção.

Embora não sejam calculados os custos de produção, os gestores do agroecossistema A2 afirmaram que os preços de venda cobrem seus custos. Já os responsáveis pela propriedade A1 consideram que, algumas vezes, o valor da venda dos produtos é o mesmo do desembolso para produzi-los e, em outras faz-se necessário aumentar o preço de venda para compensar perdas. Para os entrevistados do terceiro agroecossistema, os preços praticados não têm sido

suficientes para cobrir os custos de produção, principalmente em períodos de pouca procura, quando optam por vender abaixo do que imaginam ser o custo para não perderem os produtos.

Vale ressaltar que a postura dos gestores dos agroecossistemas em relação aos custos de produção pode ser considerada inadequada frente às premissas da Contabilidade de Custos. O custo com mão de obra, por exemplo, expressivo por despende muito tempo e esforço dos agricultores, juntamente com outros gastos, não é lembrado pelos mesmos no momento da formação do preço de venda. Outro impasse é a possibilidade dos agricultores considerarem somente os custos incorridos recentemente, armazenados em suas memórias, em virtude da inexistência de anotações referentes ao processo produtivo, fato que pode incidir em considerável desequilíbrio financeiro do empreendimento.

Após a identificação da inexistência de cálculos formais de custo de produção, buscou-se compreender como os agricultores determinam o preço de venda dos produtos. Deste modo, os gestores de 2 (dois) dos agroecossistemas afirmaram definir o valor de venda baseado na concorrência, acompanhando os valores praticados em supermercados da região e estipulando seus preços a um valor inferior a estes. Já os responsáveis pela terceira propriedade relataram determinar o preço de venda dos produtos de acordo com a qualidade e tamanho dos mesmos, podendo haver diferentes valores para a mesma cultura vendida.

A pesquisa de Alves (2010) demonstrou que diversos gastos não são agregados na formação do preço de venda. Os agricultores familiares não acompanham os gastos iniciais da produção, desconhecem as etapas necessárias para obtenção do produto final e empregam muito esforço físico e econômico, sem ter noção do rendimento do trabalho despendido, o que corrobora os resultados alcançados na presente pesquisa. Como os gestores não realizam controle formal de informações econômico-financeiras, principalmente no que tange aos custos e esforços gastos no cultivo, tais dados não são considerados por eles na formação do preço de venda e na gestão dos agroecossistemas.

Ainda, ao serem questionados a respeito de como é identificado o lucro ou prejuízo, os gestores do agroecossistema A1 afirmaram que verificam as entradas monetárias das vendas da produção e em seguida realizam o pagamento das despesas, considerando a diferença destes como lucro. Ressalta-se que tal informação não é registrada formalmente. Por sua vez, os responsáveis pelo

agroecossistema A2 não apuram o lucro, entretanto ponderam que este está se concretizando por meio dos investimentos que estão sendo realizados e das contas que estão sendo pagas, ou seja, consideram que há sobra de dinheiro, o qual está sendo aplicado em melhorias na propriedade. Os gestores da propriedade A3, apesar de não realizarem qualquer controle formal, também consideram que há lucro oriundo da produção:

“Você tira um canteiro aqui na horta e leva na feira e não sabe quanto custa aquilo lá [...] porque na verdade a gente não sabe o quanto que custa e por quanto tem que vender, então nós fazemos o preço e vendemos o que tiver [...] sobra uns trocos claro [...] aí volta a comprar semente, as vezes sobra pouco e no verão sobra mais [...] o preço da alface sobe porque o consumo é maior [...] então sempre sobra, é um dinheiro que tem toda semana, de giro rápido” (Agroecossistema 3).

Conforme pode ser observado, os resultados econômicos são visualizados por meio das melhorias e aquisições de bens para a propriedade. Devido à falta de conhecimento, os agricultores acabam por confundir as entradas de caixa com o lucro da atividade propriamente dito. Tal interpretação pode ser prejudicial para o empreendimento, visto que recursos oriundos do caixa, considerados equivocadamente como ganho da atividade, poderão ser empregados para fins particulares, alheios à produção, arriscando levar a propriedade ao desequilíbrio financeiro.

Com o propósito de identificar quais custos existentes na propriedade são atribuídos à produção, os gestores dos agroecossistemas foram questionados a respeito do conhecimento do tempo de vida útil dos bens utilizados na horticultura, (máquinas e equipamentos, estufas e edificações). De maneira geral, os responsáveis pelas 3 (três) propriedades não souberam informar o tempo exato de vida útil dos bens, afirmando que, caso não sofram com ações do tempo, não há necessidade de substituição por inúmeros anos. Ainda, os gestores dos 3 (três) agroecossistemas afirmaram acreditar que a perda de valor desses bens devido ao uso (depreciação) faz parte do custo de produção, entretanto ressaltaram não considerar esse fato no momento de formação do preço de venda dos produtos.

De acordo com Kimura (1998), a produção sofre influência de elementos como condições climáticas, características do solo, pragas e doenças, queimadas e aplicação de novas tecnologias, cuja previsão e controle não são tarefas fáceis. Assim, os horticultores foram questionados a respeito do conhecimento das perdas e desperdícios de produção. Novamente a resposta foi unânime entre os 3 (três)

agroecossistemas, visto que os responsáveis afirmaram saber que existem perdas de produção, porém não saberiam informar os valores e quantidades perdidas, bem como consideraram desperdício as unidades não vendidas na feira-livre, destinadas a fins não comerciais (doações, alimentação de animais e compostagem).

Ainda, os gestores do agroecossistema A3 enfatizaram que chegaram a fazer contas “de cabeça” comparando a quantidade plantada com a colhida, porém o registro não se formalizou e os cálculos não tiveram continuidade. Constatou-se também que os responsáveis pelas 3 (três) propriedades consideram que as perdas e desperdícios fazem parte do custo de produção, entretanto, apenas os gestores do agroecossistema A1 afirmaram repassar esses custos para os produtos vendidos, por meio do aumento no preço de venda. Os demais produtores relataram não adicionar esse montante nos custos de produção.

A respeito do Ponto de Equilíbrio, isto é, volume mínimo de vendas necessário para cobrir todos os custos e despesas de produção, sem que haja lucro ou prejuízo (MARTINS, 2009), os responsáveis pelo agroecossistema A3 afirmaram não conhecer tal quantidade e que tampouco seria possível calcular, uma vez que o preço de venda é estipulado pelo comprador, quando comercializam no supermercado. Já os demais entrevistados demonstraram ter certa noção, conforme relatos:

“Se vendeu pouco em uma feira, na outra precisa vender mais [...] a cada ida na feira precisa vender em torno de mil reais” (Agroecossistema A1).

“A gente tem uma noção de cabeça, mas precisaria calcular [...] no mercado precisa vender mais de três mil por mês só para pagar as contas” (Agroecossistema A2).

Em estudo anterior, Possenti (2010) verificou que nenhum dos entrevistados possuía conhecimento nítido sobre o Ponto de Equilíbrio. Todos declararam não saber calcular ou não dispor de informações para tal. Empiricamente, o autor percebeu que estes tinham noção básica da quantidade que deveria ser comercializada para que o empreendimento não operasse no prejuízo, situação semelhante à identificada nos agroecossistemas A1 e A2.

Resultado parecido ao do agroecossistema A3 foi evidenciado na pesquisa de Söthe, Dresel e Dill (2014, p. 10), em que o Ponto de Equilíbrio é desconhecido por quase todos os agricultores familiares, “o que se justifica pela falta de registro contábil que ocorre em praticamente todas as propriedades de pequeno porte”.

O Ponto de Equilíbrio é um instrumento útil no processo de tomada de decisões. A falta de conhecimento a seu respeito poderá acarretar problemas de caixa aos agroecossistemas e, conseqüentemente, dificuldades em cobrir seus gastos de produção, levando os gestores a captar recursos financeiros, que não os decorrentes da receita com vendas.

Quanto aos gastos de produção existentes na atividade de horticultura os dados coletados estão apresentados no Quadro 2:

O gasto é presente na atividade?	Agroecossistemas		
	A1	A2	A3
Aluguel/Arrendamento da terra	Não	Não	Não
Impostos e taxas (ITR, Sindicato, Funrural)	Sim	Sim	Sim
Adubo	Sim	Sim	Sim
Sementes e mudas	Sim	Sim	Sim
Defensivos	Sim	Sim	Sim
Água	Não	Não	Não
Energia Elétrica	Sim	Sim	Sim
Telefone/Celular	Sim	Sim	Sim
Embalagem	Sim	Sim	Sim
Combustível para transporte	Sim	Sim	Sim
Combustível das máquinas	Sim	Sim	Sim
Aluguel de máquinas	Não	Não	Não
Manutenção de máquinas	Sim	Sim	Sim
Mão de obra	Sim	Sim	Não
Taxa de utilização do Box (Feira)	Sim	Sim	Sim
Manutenção de estufas	Sim	Sim	Sim
Outros:			
- Manutenção da área de manipulação de alimentos	Sim	Sim	Sim
- Irrigação/canos	-	-	Sim

Quadro 2: Gastos de Produção Existentes na Atividade de Horticultura
Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Observa-se, conforme apresentado acima, que há uma variedade significativa de gastos presentes na atividade de horticultura, sendo a composição desses gastos semelhante nos 3 (três) agroecossistemas. Destaca-se que o gasto com mão de obra foi interpretado pelos produtores como aquele referente à contratação esporádica para auxílio nas atividades relacionadas à horticultura, não sendo considerada a mão de obra da família. Somente os gestores do agroecossistema A3 afirmaram não ter este gasto na propriedade.

Dos gastos relacionados no Quadro 2, presentes nos agroecossistemas estudados, questionou-se quais possuem valor mais relevante, sendo citados por todos os entrevistados gastos com mudas, manutenção de máquinas, combustível e adubação. Os gestores da propriedade A2 também mencionaram a despesa com energia elétrica utilizada no sistema de irrigação do cultivo hidropônico.

Quando questionados se é possível identificar o valor individual dos gastos para cada cultura na horticultura, todos os entrevistados relataram que conseguem identificar apenas a importância gasta com mudas e embalagens. Quanto aos demais gastos, os gestores das 3 (três) propriedades alegaram ter muita dificuldade para fazer a divisão do valor por produto, visto que são utilizados de maneira conjunta.

Conforme Crepaldi (2012), devido à ausência de controle e organização financeira, na maioria das propriedades os gestores não conseguem distinguir os custos de cada plantio, os resultados obtidos com suas culturas, tampouco verificar quais seriam os mais rentáveis e como poderiam minimizar os custos de produção.

Ao serem interrogados se as despesas particulares são separadas daquelas decorrentes da atividade, todos os produtores afirmaram que não. Apesar de não realizarem a separação dos gastos, os gestores do agroecossistema A2 disseram que, caso necessário, conseguiriam fazer tal divisão. Já os responsáveis pela terceira propriedade expuseram que não seria possível separar.

Crepaldi (2012) afirma que poucos produtores separam suas despesas particulares daquelas decorrentes da atividade, ou seja, não apuram o lucro de seu negócio adequadamente. Para o autor, a dificuldade de separar o que é custo de produção do que é gasto particular do produtor rural, a inexistência de recibos, notas fiscais e extratos de contas bancárias pessoais bloqueiam a adoção da contabilidade para esse fim.

Em estudo realizado por Kruger et al. (2013) verificou-se que 61% dos produtores rurais de Erval Grande – RS pesquisados não separam as despesas particulares das despesas com a atividade rural. Da mesma forma, Queiroz (2003) constatou que 54,5% dos produtores de hortaliças analisados em sua pesquisa alegaram que o controle de gastos pessoais/família é realizado de forma agregada aos gastos com a propriedade. Tal proporção refere-se ao total dos produtores, mesmo aqueles que não realizam coleta e registro das informações referentes à atividade produtiva.

Destaca-se que, ao considerarem as despesas particulares juntamente com as oriundas da atividade, os horticultores investigados, bem como os produtores rurais identificados em pesquisas anteriores, além de não contarem com dados a respeito do lucro, receitas e gastos da atividade, acabam por infringir um importante princípio da Contabilidade: o da entidade. Nesse contexto, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) prescreve:

O Princípio da entidade reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o Patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição (CFC, 2008, p. 12).

Diante do exposto, o princípio da entidade estabelece que o patrimônio da entidade deve ser separado dos bens pessoais. No caso em estudo, há a necessidade latente dessa desvinculação por parte dos gestores dos agroecossistemas, a fim de possibilitar a apuração do resultado da atividade, que só ocorrerá se as receitas e despesas da produção forem controladas. Para que tal controle seja eficaz, a distinção dos patrimônios é primordial.

A respeito da definição de remuneração da mão de obra dos membros da família, constatou-se que em nenhum dos agroecossistemas existe valor estipulado. A retirada de valores é realizada conforme surgem as necessidades.

“Vamos pagando as contas e o que sobra a gente deposita [...] a maioria do dinheiro é investido na propriedade [...] nós pensamos em investir agora para futuramente colher, não pensamos no nosso salário por enquanto [...] para frente teria que ter um salário [...] hoje a gente gasta tudo junto, não tem divisão” (Agroecossistema A2).

A fim de obter maiores subsídios sobre as informações financeiras existentes na atividade hortícola, foram feitos questionamentos sobre as formas de pagamento de compras e recebimento de vendas, controle de entradas e saídas de caixa e do valor e quantidade vendida.

Constatou-se que no agroecossistema A3 todas as compras são efetuadas a vista. Do mesmo modo, no agroecossistema A1 a maioria das compras realizadas são pagas a vista. Às vezes, são adquiridas mudas a prazo, sendo que o controle de pagamento é feito “de cabeça” pelos agricultores. Já na propriedade A2 a maioria das compras são negociadas a prazo e o controle dos vencimentos também fica guardado na memória dos gestores.

Quanto ao recebimento das vendas no agroecossistema A1, cujo único canal de comercialização é a feira-livre, verificou-se que a maioria é a vista. Eventualmente são realizadas vendas a prazo, com controle efetuado por meio de anotações em caderno. Já os demais agroecossistemas possuem mais de um canal de venda, sendo a vista os recebimentos advindos da feira-livre e a prazo os valores correspondentes a comercialização em supermercados e para o PNAE. O controle dessas vendas a prazo é feito por meio das notas fiscais de produtor emitidas, diretamente no bloco.

Bastos (2008 apud COLLETA et al., 2013) relata que o controle de caixa é uma ferramenta que permite ao produtor controlar suas retiradas, pois geralmente o mesmo recurso destinado à atividade produtiva é utilizado para pagamento das contas pessoais. Assim, buscou-se identificar como os entrevistados controlam as entradas e saídas de caixa. Os gestores do agroecossistema A3 informaram que não têm controle e os responsáveis pelas outras duas propriedades relataram que não há registro formal de tais informações. Os valores de entrada são contados e os de saída apenas armazenados na memória dos produtores.

Os gestores dos 3 (três) agroecossistemas não gerenciam o valor e a quantidade vendida por cliente ou por canal de venda, em virtude de não julgarem necessário. Constatou-se também que todos possuem conta bancária com movimentação, mas somente os gestores do agroecossistema A2 utilizam para a horticultura. A conta não é exclusiva para a atividade e o controle de cheques emitidos é feito pelo canhoto.

Ainda, todos os agroecossistemas contraíram empréstimos ou financiamentos bancários para aquisição de máquinas, veículos, estufas, área de manipulação de alimentos e bomba para irrigação motorizada. Nenhum gestor realiza gerenciamento formal dessas informações, uma vez que a liquidação é anual, torna-se fácil guardar na memória o compromisso de pagamento.

Deste modo depreende-se que, devido à falta de tempo e dificuldade em anotar, os responsáveis pelos agroecossistemas não efetuam registros de informações econômico-financeiras referentes à atividade produtiva da horticultura. A ausência de subsídios para a tomada de decisões sobre o planejamento da produção, a realização de novos investimentos e a definição do preço de venda, bem como para o cálculo dos custos de produção e identificação do resultado da atividade, faz com que os agricultores dirijam seu empreendimento baseados em

conhecimentos práticos e experiência adquirida ao longo do tempo de atuação no segmento. De modo geral, conforme Hofer et al. (2010), a gestão das atividades rurais poderia alcançar resultados melhores, caso seus gestores dispusessem de informações e ferramentas proporcionadas pela contabilidade.

4.3 PERCEPÇÕES SOBRE AS INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS

Para a gestão eficaz de uma atividade faz-se necessária a utilização de informações corretas e relevantes, alcançadas por meio de um bom controle gerencial. De acordo com Martins (2009, p. 305), “controle significa conhecer a realidade, compará-la com o que deveria ser, tomar conhecimento rápido das divergências e suas origens e tomar atitudes para sua correção”.

Com o intuito de alcançar o terceiro objetivo específico proposto no estudo, buscou-se identificar as percepções dos agricultores quanto à relevância das informações econômico-financeiras para a gestão da atividade hortícola e verificar a possibilidade de controle ou apuração destas informações, bem como compreender como os mesmos consideram que deveria ser uma ferramenta de controle que atenda às necessidades existentes no ramo da horticultura.

Deste modo foram apresentadas informações e ferramentas econômico-financeiras e questionado aos gestores dos agroecossistemas se julgam importante conhecer e se há possibilidade de controlar esses dados, bem como entender o porquê das suas considerações. Em alguns itens os produtores não conseguiram justificar suas percepções, limitando-se a fornecer respostas sucintas, possivelmente por não disporem de tais informações e ferramentas atualmente.

Quando abordado o item “receita de venda total da atividade” os gestores dos 3 (três) agroecossistemas declararam ser importante conhecer tal valor, sendo que os responsáveis pela propriedade A1 justificaram tal importância pelo fato de conseguirem saber qual foi o total de vendas realizadas e assim terem subsídios para calcular o resultado da atividade. Porém, enfatizaram ser difícil realizar esse controle, divergindo dos demais agroecossistemas, sem explicar seu julgamento.

Da mesma forma, os entrevistados foram indagados a respeito da importância atribuída ao item “receita por canal de venda”. Tal questionamento foi

realizado com apenas 2 (dois) dos agroecossistemas, visto que um deles comercializa sua produção somente na feira-livre. Verificou-se que ambos os respondentes julgaram o item como importante, havendo discordância quanto à dificuldade de controlar. Os gestores da propriedade A2 consideram que, embora não seja uma tarefa fácil, conseguiriam realizar o controle e os da A3 afirmam ser muito difícil controlar, conforme relatos:

“Acho que não é muito fácil (de controlar), mas não é impossível” (Agroecossistema A2).

“A gente tem na cabeça né, no mercado dá tanto, na feira dá tanto, mas nunca marcamos né [...] a gente não tira o capricho de fazer aquilo ali (anotar) [...] é importante sim, mas teria que ter o capricho de chegar e, na feira deu tanto e marcar, mercado deu tanto e marcar [...] importante seria, mas a gente chega em casa e faz aquela soma de dinheiro da feira, deu o que deu, ele (filho) ganha a parte dele e a gente divide e acabou [...] importante, mas bastante difícil, porque a gente não tem cabeça para isso” (Agroecossistema A3).

A dificuldade de controlar os recursos provenientes das vendas de produtos por canal referida no agroecossistema A3 contraria a resposta dada para o item anterior, visto que a única tarefa adicional seria separar as receitas provenientes das vendas no supermercado daquelas oriundas da feira-livre. Quanto às justificativas, os gestores não foram contundentes, em um momento falaram que falta capricho, noutro que não têm “cabeça”, isto é, capacidade para efetuar os registros necessários ao controle.

Além disso, conhecer o item “receita por cultura vendida” foi considerado como pouco importante, bem como muito difícil de controlar nos agroecossistemas A1 e A3. Por sua vez, os gestores da propriedade A2 consideram importante conhecer e possível controlar. As percepções podem ser verificadas nos relatos a seguir:

“O nosso forte é rúcula, que é com o que mantemos a feira, seria uma coisa muito boa, seria uma forma da gente controlar, seria importante separar por tipo” (Agroecossistema A2).

“Nem pensar separar [...] é difícil saber quanto que entrou de cada produto [...] não ia fazer diferença saber, o brócolis eu sei que dá mais, mas só que não tem marcado” (Agroecossistema A3).

Nota-se que somente os gestores do agroecossistema A2 têm interesse em conhecer os recursos provenientes das vendas de cada cultura. Cabe inferir que o controle desse item foi avaliado como muito difícil pelos gestores dos agroecossistemas A1 e A3 em função do volume de trabalho necessário para tal

detalhamento e do curto espaço de tempo que teriam para fazê-lo na feira-livre, principalmente nos horários em que o fluxo de clientes é grande.

Para os autores Martin et al. (1994), ao passo que a agricultura se torna cada vez mais competitiva, juntamente com a diminuição da interferência do governo no setor, o custo de produção transforma-se em um importante instrumento para o processo de tomada de decisão. Assim, os itens discutidos na sequência da entrevista referiam-se aos custos e despesas da atividade, tratados nessa pesquisa como gastos para facilitar a compreensão dos agricultores.

Quanto ao “gasto total da atividade”, todos os entrevistados consideram importante conhecer tal valor, sendo que apenas os gestores do agroecossistema A2 relataram que não teriam dificuldade em realizar o controle dessa informação.

Ainda, conhecer o valor do item “gasto por cultura” foi conceituado como pouco importante nos agroecossistemas A1 e A3 e como importante pelos gestores do agroecossistema A2, sendo o controle desses dados tido como complexo por todos os entrevistados. Seguem os relatos:

“Eu acho que no geral seria melhor” (Agroecossistema A1).

“É que a gente usa o adubo, por exemplo, para todas as culturas, em conjunto, nunca separou [...] o gasto é importante saber, mas como é plantado tudo junto, é difícil saber [...] separar seria pouco importante” (Agroecossistema A2).

“Por cultura é difícil para nós [...] é muito difícil controlar” (Agroecossistema A3).

Percebe-se que o controle dos gastos por cultura é uma tarefa de difícil realização para os agroecossistemas estudados, visto que os mesmos insumos, ferramentas e equipamentos são utilizados para o cultivo de várias plantas, bem como as hortas são próximas ou com uma grande variedade de hortaliças no mesmo canteiro.

Nas entrevistas verificou-se também que os gestores dos 3 (três) agroecossistemas julgam importante conhecer os valores do item “perdas e desperdícios de produção”, apesar de considerarem difícil realizar tal controle, como pode-se observar nos relatos:

“Seria importante, pois vai ter que comprar tudo de novo as mudas e replantar o que já tinha feito [...] é muito difícil de controlar, vai saber (quanto perdeu) só na hora da colheita, até chegar na colheita vai perdendo [...] chega lá e vê, de 200 pezinhos você colhe 20, perdeu 180 mudas” (Agroecossistema A2).

“Seria importante, só que é difícil para você controlar, porque no dia a dia, a muda tá ali bonita, de repente dá aquela mortandade” (Agroecossistema A3).

Adicionalmente às informações acima expostas pelos agricultores, também foram coletados dados a respeito da importância atribuída e da possibilidade de controle do item “perda de valor dos bens (depreciação)”. Quanto à gestão dessa informação, todos os respondentes dos agroecossistemas consideraram difícil de ser realizada, sem apresentarem os devidos motivos. Constatou-se ainda que, diferentemente dos demais agroecossistemas, os gestores responsáveis pela propriedade A2 acreditam que o controle dessa informação tem pouca importância, conforme relato:

“Não (tem importância), porque é um bem de serviço e a gente sabe que vai desvalorizar mesmo, a gente já está ciente de que quando comprar ele vai desvalorizar” (Agroecossistema A2).

Tal resposta é contraditória, pois a despesa com depreciação compõe o gasto de produção, item cujo conhecimento foi considerado importante pelos gestores do agroecossistema A2, tanto total quanto por cultura.

Depois de debatidas as informações econômicas receitas, custos e despesas, foi dada sequência à entrevista com os itens de resultado. Conhecer o “lucro ou prejuízo total da atividade” foi considerado importante nos 3 (três) agroecossistemas, sendo que os gestores das propriedades A1 e A3 ressaltaram que o controle deste item é muito difícil de ser realizado, conforme dito pelos respondentes da propriedade A3:

“Até que seria bom, lógico, que aí você sabe o quanto que tá ganhando, porque nós aqui é aquele rolo, até que tem dinheiro vamos gastando [...] saber o que deu a gente sabe [...] as vezes importante é, só que a importância do lucro, se começar cair, você desiste, porque vou trabalhar no vermelho, então vou parar” (Agroecossistema A3).

Nota-se pelo relato acima que os gestores preferem não saber o lucro exato por temerem constatar que os resultados estão regredindo, o que comprova a falta de compreensão sobre a utilidade e benefícios proporcionados pelas informações econômico-financeiras. Os mesmos não visualizam que estas fornecem subsídios para identificar as causas responsáveis pela redução do lucro e as ações possíveis para incrementá-lo.

Os entrevistados também foram indagados a respeito da importância atribuída ao item “lucro ou prejuízo por canal de venda”. Tal questionamento foi direcionado a apenas 2 (dois) dos agroecossistemas, uma vez que, conforme já

mencionado, um deles comercializa sua produção somente na feira-livre. Verificou-se divergência de opiniões, para uma família essa informação não é relevante, além de ser muito difícil seu controle:

“Saber o lucro da feira é mais difícil ainda [...] é difícil porque você controla, hoje vou vender pro mercado que dá mais, e daqui a pouco muda, inverte [...] acho que não é importante, porque daqui a pouco muda, daí se eu parar de plantar pra feira, daqui a pouco a feira vai te dar mais do que o mercado, estourou o verão, vai na feira e inverte tudo, se bobear levam até as caixas da gente [...] não ia fazer diferença separar” (Agroecossistema A3).

Já os membros da família residente na propriedade A2 consideram importante para a gestão da atividade de horticultura ter conhecimento desse item, além de ponderarem que conseguiriam controlá-lo, entretanto não souberam justificar sua percepção.

Da mesma forma, questionou-se a importância de conhecer o “lucro ou prejuízo de cada cultura”, sendo que em todos os agroecossistemas foi considerado irrelevante, assim como muito difícil de controlar. Os relatos a seguir expõem duas das percepções:

“Eu acho melhor fazer num bolo todo, é pouco importante, controlaria no total, porque é muito difícil de controlar (Agroecossistema A2).

“Pior ainda, menos importante e mais difícil, porque é aquele bolo que está tudo junto ali” (Agroecossistema A3).

Percebe-se pelos relatos acima que os responsáveis pelos agroecossistemas reafirmam a opinião pela preferência de que tanto o controle de gastos, anteriormente mencionado, quanto a identificação do lucro sejam realizados de maneira geral, e não detalhado por cultura. Tal opção é justificada pela grande variedade de hortaliças cultivadas, que exigiria um controle minucioso e despenderia muito tempo, impactando na mão de obra disponível para a produção.

Quanto ao “ponto de equilíbrio” todos os entrevistados responderam que é importante conhecer tal indicador de segurança, mas discordaram quanto à possibilidade de controle. Duas das famílias acreditam ser muito difícil gerenciar essa informação e a outra alegou que é possível, de acordo com os comentários abaixo:

“A gente sabe meio por cima, mas era bom calcular, não é muito difícil, é possível” (Agroecossistema A2).

“É difícil controlar, porque você leva lá na feira pensando em vender, mas traz de volta tudo, não vende [...] você arruma o que tem na horta para levar na feira, pode até fazer um cálculo, tô levando tantos pés de alface, cenoura, beterraba, repolho, brócolis [...] daí diz: opa, hoje eu vou tirar! Preciso de mil, só que eu chego lá, em vez de fazer mil reais eu faço 500, aí

eu já fico no prejuízo [...] aí eu fico na cabeça que tô trabalhando pra que, vou parar, na verdade é difícil” (Agroecossistema A3).

Salienta-se que se os agricultores familiares tivessem conhecimento mais nítido a respeito do ponto de equilíbrio poderiam utilizá-lo, por exemplo, na tomada de decisão sobre o quanto poderiam reduzir o preço de venda de seus produtos, a fim de atrair clientes e vender todas as hortaliças levadas para a feira-livre, sem operar com prejuízo. Nota-se novamente que preferem não saber o valor exato do item, pois caso não seja atingido, temem ficar desestimulados.

Depois de abordadas as informações econômicas, a entrevista prosseguiu com os itens de controle financeiro. De acordo com os autores Colleta et al. (2013, p. 347), “a principal ferramenta de gestão a ser utilizada pelos produtores rurais é o controle de caixa, que permite identificar as entradas e as saídas de recursos financeiros, conhecendo seu destino final”.

Os gestores dos 3 (três) agroecossistemas ponderaram ser relevante conhecer o item “entradas e saídas de caixa” e apenas na propriedade A1 foi alegado que teriam dificuldade para controlar esta informação, no entanto, sem apresentar motivos. O segundo item financeiro trata-se de “contas a pagar”, o qual obteve respostas unânimes: é possível controlar e muito importante conhecer. Seguem relatos a respeito da relevância:

“Se tivesse uma lista das contas a pagar, iria ajudar, hoje vamos levando controlado de cabeça” (Agroecossistema A1).

“É muito importante [...] a gente nem faz tanta conta para não acumular muito na cabeça da gente, pro computador da gente não falhar” (Agroecossistema A2).

“É muito importante, pois eu preciso saber o dia que eu pago certo, porque o banco se passar um dia eles já ligam” (Agroecossistema A3).

O último item apresentado aos agricultores foi “contas a receber”, cujo conhecimento foi considerado importante para a gestão da atividade de horticultura e seu controle possível de ser efetuado por todos os entrevistados, todavia não foram feitos comentários a respeito da utilidade dessa informação.

Quanto aos itens financeiros, constatou-se que os agricultores familiares não teriam maiores dificuldades para realizar o acompanhamento e controle formal. Falta apenas organização para a efetivação dos registros necessários. Nesse ponto, a disponibilização de uma ferramenta seria primordial para uma tentativa inicial de consolidar a gestão dos agroecossistemas.

As informações econômico-financeiras apresentadas durante as entrevistas foram consideradas pelos produtores dos agroecossistemas como suficientes para a gestão da atividade hortícola, sendo que os mesmos não souberam indicar outros itens que poderiam auxiliá-los na tomada de decisões.

Segundo Lourenzani et al. (2008, p. 68), “é fundamental que os agricultores possam dispor de ferramentas gerenciais adequadas às especificidades dos seus sistemas produtivos e de suas culturas empresariais”. Ao mesmo tempo, Possenti (2010) ressalta que as ferramentas de gestão para o setor agroindustrial de pequeno porte devem atender às especificidades do segmento, principalmente por este contar, na maioria das vezes, com pessoas despreparadas.

A fim de possibilitar a elaboração de ferramentas gerenciais adequadas e úteis ao contexto, buscou-se identificar como os gestores das propriedades analisadas no estudo acreditam que deveria ser uma ferramenta de controle econômico-financeiro que atendesse às suas necessidades na horticultura. Suas percepções são expostas abaixo:

“Acho que mais geral, porque se for olhar produto por produto é muita coisa, e não é sempre que a gente tem aquele produto [...] algo fácil de entender [...] para pegar melhor, aí depois pode tentar detalhar” (Agroecossistema A1).

“Teria que ter algo manual para a gente anotar, com os gastos e com o lucro, uma coisa prática [...] seria bom ter no computador e no caderno, mais resumido, que seja fácil e não seja demorado ou difícil, precisa ser prático [...] vocês vão ter que fazer um plano para nós colocar no computador, em uma planilha para os filhos irem fazendo e se interessando [...] é importante saber quanto gastou e quanto lucrou [...] a gente tem o tempo muito ocupado, isso que é o problema, então se não for uma coisa prática, fica complicado” (Agroecossistema A2).

“Acho que tem que ser meio no geral da horta, simples [...] uma coisa que não encha a cabeça da gente, prático, meio rápido” (Agroecossistema A3).

Pode-se constatar pelos relatos que os agricultores familiares esperam que uma ferramenta de controle seja elaborada de forma geral para a atividade, não detalhada por produto, simples, prática e de fácil entendimento. As percepções verificadas condizem com os resultados obtidos na pesquisa de Calgaro e Faccin (2012), segundo os quais o modelo deve ser específico para a agricultura, de simples manuseio e de fácil compreensão, capaz de despertar o interesse dos agricultores na utilização de tais controles.

Quanto à importância de conhecer as informações e ferramentas econômico-financeiras apresentadas aos gestores dos agroecossistemas, os

mesmos não consideram importante conhecê-las por tipo de cultura. Ressalta-se também que o controle da maioria dos itens abordados foi avaliado como difícil de ser executado.

Os produtores não conseguiram justificar suas percepções em todos os itens, demonstrando que, por não compreenderem como pode ser realizado o controle, bem como não disporem de um modelo a ser utilizado, acreditam que teriam dificuldades em controlar as informações econômico-financeiras e utilizá-las na gestão das propriedades. Tais percepções poderiam ser modificadas caso os agricultores analisados recebessem treinamentos gerenciais e fossem habilitados a utilizar estas informações para tomar decisões. Na pesquisa de Söthe, Dresel e Dill (2014) foi verificado que, quando as ferramentas e suas informações gerenciais são utilizadas, os gestores reconhecem sua grande importância e buscam a continuidade de seu uso no processo de tomada de decisão das pequenas propriedades, melhorando seu desempenho ao longo dos períodos de utilização.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o objetivo geral deste estudo, o qual se propôs a diagnosticar as percepções dos agricultores familiares que atuam na feira-livre de Pato Branco - PR sobre as informações econômico-financeiras na gestão da atividade de horticultura, foram coletados dados e informações por meio de entrevistas semiestruturadas.

Para alcançar o objetivo proposto, foi essencial (i) caracterizar o perfil dos agricultores familiares horticultores que atuam na feira-livre de Pato Branco - PR; (ii) verificar as informações econômico-financeiras existentes na atividade de horticultura; e (iii) identificar as percepções dos agricultores quanto à relevância das informações econômico-financeiras para a gestão da atividade de horticultura.

Os resultados obtidos para alcance do primeiro objetivo desta pesquisa evidenciam que atualmente os agroecossistemas de agricultores familiares pesquisados são constituídos por poucos membros, sendo que, de maneira geral, estes possuem baixo nível de escolaridade e nenhum teve acesso a curso de capacitação gerencial. A baixa qualificação dos gestores dos agroecossistemas acaba por dificultar a utilização de informações e ferramentas econômico-financeiras e, conseqüentemente, a gestão do empreendimento, principalmente no que tange à falta de conhecimento sobre tais recursos. Verificou-se também que o conservadorismo, característica da faixa etária em que se enquadram os responsáveis pela propriedade, pode induzir a uma relutância na adoção de novas práticas de gestão da atividade.

Cabe ressaltar que a atividade de horticultura demanda muitas horas de trabalho, fazendo com que as questões relacionadas à gestão de informações econômico-financeiras da atividade fiquem em segundo plano, pois a disponibilização de mão de obra para tal fim impactaria na produção.

Por meio do segundo objetivo específico denota-se que os responsáveis pelos agroecossistemas não efetuam registros formais de informações econômico-financeiras em virtude da falta de tempo, dificuldade e complexidade em realizar as anotações. Infere-se, também, que a baixa qualificação dos agricultores e a ausência de assessoria contábil são empecilhos para o registro de dados referentes à atividade produtiva da horticultura.

A ausência de informações para a tomada de decisões sobre o planejamento da produção, a realização de novos investimentos e a definição do preço de venda, bem como para o cálculo do custo de produção e identificação do resultado da atividade, faz com que os agricultores conduzam seu empreendimento baseados em conhecimentos práticos e na experiência adquirida ao longo do tempo de atuação no segmento. Ressalta-se que seria importante que os gestores pudessem dispor de dados confiáveis, pois deixariam de recorrer à memória no momento de resgatar tais informações para planejar ações futuras.

Ainda, foi percebida necessidade latente de que o patrimônio da entidade seja desvinculado dos bens pessoais da família, a fim de permitir a apuração do resultado da atividade, que só ocorrerá se as receitas e despesas da produção forem corretamente controladas.

Na última etapa verificou-se que as informações econômico-financeiras expostas durante as entrevistas foram consideradas suficientes para a gestão da atividade hortícola pelos produtores dos agroecossistemas, sendo que os mesmos não indicaram outros itens capazes de auxiliá-los no processo de tomada de decisões.

Os gestores dos agroecossistemas não consideram importante conhecer as informações e ferramentas econômico-financeiras detalhadas por tipo de cultura, sendo que o conhecimento da maioria dos itens apresentados foi avaliado como importante, porém de difícil controle. Os agricultores não souberam justificar suas percepções em todos os itens, tal fato demonstra que, por não compreenderem e não disporem de um modelo para a realização do controle, acreditam que teriam dificuldades em executá-lo e em utilizar as informações na gestão das propriedades.

Salienta-se que os agricultores familiares preferem não ter conhecimento exato do valor de alguns itens por temerem constatar que os resultados estão regredindo, o que comprova a falta de compreensão sobre a utilidade e benefícios proporcionados pelas informações econômico-financeiras. Os mesmos não visualizam que estas fornecem subsídios para identificar as causas responsáveis pela redução do lucro e as ações possíveis para incrementá-lo. Nesse contexto, a disponibilização de uma ferramenta, bem como de acompanhamento e orientação aos agricultores, seria primordial para uma tentativa inicial de consolidar a gestão dos agroecossistemas.

Os gestores esperam que uma ferramenta de controle seja elaborada de forma geral para a atividade, não detalhada por produto, simples, prática e de fácil entendimento. A preferência por um modelo direcionado para o controle total da produção é justificada pela grande variedade de hortaliças cultivadas, que exigiria um controle minucioso e despenderia muito tempo, impactando na mão de obra disponível para a produção.

Como limitações do estudo, salienta-se que os resultados alcançados são baseados nas percepções dos gestores dos 3 (três) agroecossistemas avaliados, suas especificidades e contextos. Da mesma forma, as informações obtidas referem-se a um único recorte temporal, sem a apresentação e implantação de uma ferramenta de controle econômico-financeiro, ou seja, se o contexto e a amostra utilizada fossem diferentes do atual, bem como se existisse uma proposta de ferramenta de gestão, os resultados poderiam ser diferentes.

Diante do exposto, considera-se que os objetivos propostos no presente estudo foram alcançados de forma satisfatória, contribuindo assim para a disseminação do conhecimento sobre o referido tema, que se configura como tendência para a gestão contemporânea.

Infere-se que existe deficiência de formação escolar e capacitação gerencial, bem como de conhecimento e utilização das informações econômico-financeiras na atividade hortícola. Há uma lacuna a ser explorada no ramo da contabilidade, em busca de alternativas para a gestão, adaptável à realidade da agricultura familiar, capaz de contribuir para a manutenção e desenvolvimento das pequenas propriedades.

O presente trabalho incrementa o acervo a respeito do tema em questão, sendo uma alternativa para ampliar e complementar esta pesquisa a construção de uma ferramenta de controle das informações econômico-financeiras específica para as propriedades rurais integrantes da agricultura familiar. Para a elaboração de tal ferramenta, sugere-se levar em consideração os resultados aqui apresentados, os quais podem impactar significativamente na utilização de informações gerenciais na atividade agrícola familiar.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Agricultura familiar e serviço público**: novos desafios para a extensão rural. Cadernos de ciência & tecnologia, Brasília, v. 15, n.1, p.137-157, jan./abr. 1998.
- ABREU, Lucimar Santiago de. **A construção da relação social com o meio ambiente entre agricultores familiares da Mata Atlântica brasileira**. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2005.
- ALVES, Carmem de Almeida. **Agricultura familiar e gestão de custos**: um estudo de caso na região do semi-árido baiano. São Carlos: UFSCar, 2010.
- ANDRIOLI, A. I. **Agricultura familiar e sustentabilidade ambiental**. Revista Espaço Acadêmico. nº 89. Out. 2008. Disponível em: <<http://www.espaçoacademico.com.br/089andrioli.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2016.
- ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços**. São Paulo: Atlas, 2001.
- ASSAF NETO, Alexandre; SILVA, César Augusto Tiburcio. **Administração de capital de giro**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- AZEVEDO, Francisco Fransualdo; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **O no Brasil**: uma análise sobre a situação regional e setorial dos recursos. Soc. & Nat., Uberlândia, ano 23 n. 3, 483-496, set/dez. 2011.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa/Portugal: Edições 70, 1977.
- BORILLI, S.P.; PHILIPPSEN, R.B.; RIBEIRO, R.G.; HOFER, E. **O uso da contabilidade rural como uma ferramenta gerencial**: um estudo de caso dos produtores rurais no município de Toledo, PR. Revista Ciências Empresariais da UNIPAR, Toledo, v.6, n.1, p. 77-95, 2005.
- BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4504.htm>. Acesso em: 20 nov. 2015.

_____. Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8629.htm>. Acesso em: 25 nov. 2015.

BRIGHAM, E. F.; HOUSTON, J. F. **Fundamentos da moderna administração financeira**. Tradução de Maria Imilda da Costa e Silva. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

CALGARO, N. C.; FACCIN, K. **Controle financeiro em propriedades rurais: estudos de caso do 3º Distrito de Flores da Cunha**. Global Manager Acadêmica, v. 1, n. 1, p.1-20, 2012.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Makron, 1996.

CFC – CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Princípios Fundamentais e Normas Brasileiras de Contabilidade**. 3. ed. Brasília: CFC, 2008.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisas em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1998.

COLLETA, B. K. D.; CEZAR, I. M.; DE SOUZA, C. C.; COSTA, F. P. **Instrumentos de gestão financeira utilizados pelos produtores de grãos de São Gabriel do Oeste, Mato Grosso do Sul**. Agrarian, v. 6, n. 21, p. 346-357, 2013.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso Básico de Contabilidade de Custos**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

_____. **Contabilidade Rural: uma abordagem decisorial**. 7. ed. revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Atlas, 2012.

DENARDI, Reni Antonio. **Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável**. Agroecol. e Desenv. Rur. Sustent., Porto Alegre, v. 2, n. 3, jul./set. 2001.

DUMER, M. C. R.; MENDONÇA, M. M. de; COSTA, W. da C.; SILVA, A. A. B. F. da. **Percepção de importância da contabilidade de custos na produção de leite: um estudo com produtores rurais de Arede Chaves-E.S.** In: XX Congresso Brasileiro de Custos, Foz do Iguaçu, 2015.

EYERKAUFER, Marino Luíz. **Contabilidade Gerencial na Gestão de Propriedades Rurais**: Um estudo das Propriedades Leiteiras no Extremo Oeste do Estado de Santa Catarina. 2007. 139 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Programa de PósGraduação de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Regional de Blumenau – FURB, 2007.

FERRARI, E. L. **Análise de balanços**: análise de demonstrações financeiras. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FRANCO, Maria Laura Publisi Barbosa. **Análise de Conteúdo**. 3º ed. Brasília: Laber Livro Editora, 2008.

GIL, Antonio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4º Edição. São Paulo: Atlas, 2002.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 7. ed. São Paulo: Harbra, 2002.

GOUVEIA, Nelson. **Contabilidade básica**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

GUANZIROLI, C. E.; CARDIM, S. E. (Coord.). **Novo Retrato da Agricultura Familiar**: O Brasil redescoberto. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA, fev. 74 p. 2000.

HOFER, E.; PACHECO, V.; SOUZA, A.; PROTIL, R. M. **A Relevância do Controle Contábil para o Desenvolvimento do Agronegócio em Pequenas e Médias Propriedades Rurais**. In: XLVIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Campo Grande, 2010.

HOJI, Masakazu. **Administração Financeira e Orçamentária**: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HOSS, Osni; CASAGRANDE, Luiz Fernando; DAL VESCO, Delci Grapegia; METZNER, Claudio Marcos. **Introdução à Contabilidade**: ensino e decisão. São Paulo: Atlas, 2012.

IAP - Instituto Ambiental do Paraná. **Módulos Fiscais dos Municípios do Estado do Paraná**. Disponível em <<http://www.iap.pr.gov.br/pagina-1328.html>>. Acesso em: 07 ago. 2016.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro, p.1-267, 2006.

IUDICIBUS, Sérgio de. **Contabilidade Gerencial**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 1998.

KIMURA, Herbert. **Administração de Riscos em Empresas Agropecuárias e Agroindustriais**. Caderno de Pesquisas em Administração, v.1, n° 7, p. 51–61, 1998.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**: aplicável às demais sociedades. FIECAFI. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

KRUGER, S. D.; GLUSTAK, E. F.; MAZZIONI, S.; ZANIN, A.; GUBIANI, C. A. **A percepção dos gestores rurais sobre a utilização da contabilidade como instrumento de apoio aos estabelecimentos rurais**. In: XX Congresso Brasileiro de Custos, Uberlândia – MG, 2013.

LEMES JÚNIOR, A. B.; RIGO, C. M.; CHEROBIM, A. P. M. **Administração financeira**: princípios, fundamentos e práticas brasileiras. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

LIMA, D.M. A.; WILKINSON, J. (Org.). **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq / Paralelo 15, 400p. 2002.

LOURENZANI, Wagner Luiz. **Modelo dinâmico para a gestão integrada da agricultura familiar**. 2005. 192 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

_____. **Capacitação Gerencial de Agricultores Familiares**: uma proposta metodológica de extensão rural. Organizações Rurais & Agroindustriais, Lavras, v. 8, n. 3, p. 313-322, 2006.

LOURENZANI, Wagner Luiz; PINTO, Leonardo de Barros; CARVALHO, Elaine Cristina Alves de; CARMO, Silas Marchi do. **A qualificação em gestão da agricultura familiar**: A experiência da Alta Paulista. Rev. Ciênc. Ext. v.4, n.1, p.62, 2008.

LUCCA, Emerson Juliano; SILVA, Antônio Lucas Lopes da. **Análise e diagnóstico de uma unidade de produção agrícola familiar**. RAIMED - Revista de Administração IMED, 2(3), p. 172-184, 2012.

MARION, J. C.; SEGATTI, S. **Sistema de gestão de custos nas pequenas propriedades leiteiras**. Custos e @gronegócio on line - v. 2 - n.2 - Jul/Dez - 2006.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 14° ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTIN, N. B.; SERRA, R.; ANTUNES, J. F. G.; OLIVEIRA, M. D. M.; OKAWA, H. **Custos: sistema de custo de produção agrícola**. Informações Econômicas. São Paulo, v. 24, n. 9, Set. 1994.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 9 Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MEDEIROS, Flaviani Souto Bolzan; DALLA NORA, Lissandro Dorneles; BOLIGON, Juliana Andréia Rüdell; DENARDIN, Elio Sergio; MURINI, Lisandra Taschetto. **Gestão Econômica e Financeira: a Aplicação de Indicadores**. In: IX Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2012.

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo Eduardo. **Contabilidade Básica e Estrutura das Demonstrações Financeiras**. 12 ed. São Paulo: Frase Editora, 2004.

OLIVEIRA, Claudionor dos Santos. **Metodologia científica: planejamento e técnicas de pesquisa**. São Paulo: LTr, 2000.

OLIVEIRA, L.M., PEREZ Júnior, J.H. SILVA, C.A.S. **Controladoria Estratégica**. São Paulo: Atlas, 2002.

PALUCCI, Diego. **Gestão Financeira da Empresa Rural**. Rehagro. 2008.
Disponível em
<<http://rehagro.com.br/plus/modulos/noticias/ler.php?cdnoticia=1590>>. Acesso em: 07 mai. 2016.

POSSENTI, Marco Antônio. **Proposta de uma Sistemática para Apoiar a Gestão Econômico-Financeira de Agroindústrias Familiares de Pequeno Porte**. 2010. 214 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Escola de Engenharia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

QUEIROZ, T. R. **Ferramentas de gestão para a agricultura familiar: o uso de sistemas de custeio e indicadores de desempenho.** In: XXVII EnANPAD - Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação em Administração, 2003, Atibaia - SP. Anais, 2003.

QUEIROZ, T. R.; BATALHA, M. O. **Modelo de Sistema de Custeio para Propriedades Agrícolas Familiares.** In: ENEGEP - Encontro Nacional de Engenharia de Produção, 2004, Florianópolis. Anais do XXV ENEGEP. Rio de Janeiro: ABEPRO, 2004

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Básica Fácil.** 24 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas.** 3. ed. 9. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

SANTOS, Roseli Alves. **Território e modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná.** In Revista Espaço Acadêmico, v. 10, n. 118, p. 114-122, 2011.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso.** In: Froehlich, J.M.; Vivien Diesel. (Org.). Desenvolvimento Rural - Tendências e debates contemporâneos. Ijuí: Unijuí, 2006.

SELLA, Flavia Vasconcellos; ICHIKAWA, Elisa Yoshie, LOPES, Paulo. **Gestão financeira rural: um estudo no Projeto Redes de Referência para Agricultura Familiar do Paraná.** Revista ADMpg Gestão Estratégica, Ponta Grossa, v. 1, n. 1, p.91-96, 2008.

SILVA, José Pereira da. **Gestão e análise de risco de crédito.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SILVA, Kleiton Ribeiro da; SOUZA, Paulo Cesar de. **Análise das demonstrações financeiras como instrumento para tomada de decisões.** INGEPRO – Inovação, Gestão e Produção. Vol 03 n. 01, 2011.

SILVA, Marivânia Rufato da. **Avaliação da sustentabilidade dos agroecossistemas de agricultores familiares que atuam na feira-livre de Pato Branco – PR.** 2015. 181 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Pato Branco, Paraná, 2015.

SÖTHE, A; DRESEL, M.; DILL, R. P. **Diagnóstico da Agricultura Familiar: Identificação das Ferramentas e Informações Gerenciais nas Propriedades dos Municípios de Salvador das Missões - RS e Tunápolis - SC.** In: XVII SEMEAD Seminários em Administração, 2014, São Paulo. XVII SEMEAD, 2014.

TRIVIÑOS, Augusto. **Introdução a Pesquisa em Ciências Sociais.** São Paulo: Atlas, 1987.

VESTENA, Fauzer da Silva; NOVAES, Amilton Luiz; HALL, Rosemar José; CORRÊA, Filipe T. B. Simões; LOPES, Antonio Carlos Vaz. **Análise da utilização de ferramentas contábeis e gerenciais de controle financeiro no ramo do agronegócio na região da Grande Dourados-MS.** In: XVI Simpósio de Engenharia de Produção, 2009, Bauru. Anais do XVI SIMPEP. Bauru: SIMPEP, p.1 – 12. 2009.

ZANIN, A.; OENNING, V.; TRES, N.; KRUGER, S.D.; GUBIANI, C.A. **Gestão das Propriedades Rurais do Oeste de Santa Catarina: As Fragilidades da Estrutura Organizacional e a Necessidade do Uso de Controles Contábeis.** In: XX Congresso Brasileiro de Custos, Uberlândia – MG, 2013.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 3. ed. Tradução: Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Instrumento de Pesquisa: Entrevista

Roteiro de entrevista para agricultores familiares

IDENTIFICAÇÃO:

Unidade familiar: _____

Endereço: _____

Data da entrevista: ____/____/____

Horário: _____

BLOCO I - CARACTERIZAÇÃO

1. Composição da família residente na propriedade:

Parentesco (pai, mãe, filho(a), etc)	Nome	Data de Nascimento	Grau de Escolaridade	Horas de trabalho diário na horticultura

2. Há quanto tempo atuam na atividade da horticultura?

3. Existe funcionário com vínculo empregatício trabalhando na atividade de horticultura? Se sim, quantos?

4. A terra é própria ou de terceiros?

5. Se área própria, como foi adquirida?

6. Se área de terceiros, é pago algo pela utilização?

7. Qual é a área total da propriedade em hectares?

8. Qual é a área da propriedade utilizada para a horticultura (em hectares)?
9. Além da horticultura são desenvolvidas outras atividades na propriedade?
10. Existe outra fonte de renda da família além da agricultura? (aposentadoria, pensão, outro empreendimento)
11. Além da feira-livre, existe outro meio de venda dos produtos?
12. As decisões referentes à gestão da propriedade são tomadas em conjunto pela família ou é de responsabilidade de uma só pessoa?
13. Já participaram de curso de capacitação voltado aos controles gerenciais da propriedade?
14. Atualmente utilizam ou teriam condições de utilizar a informática para auxiliar nos controles gerenciais da propriedade?
15. A propriedade conta com assessoria de profissional ou escritório de contabilidade?
16. Se sim, foi percebido algum benefício?
17. Se não, têm interesse em adotar uma assessoria contábil? Por quê?

BLOCO II - INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS NA HORTICULTURA

18. Atualmente, são registradas informações econômico-financeiras referentes à atividade produtiva da horticultura? Quais?
19. Se são registradas as informações:
 - a. Os dados registrados são detalhados por cultura? (custos, despesas, quantidade produzida, quantidade vendida, etc.)

- b. Quais os meios utilizados para registro? (papel, planilha eletrônica, etc)
- c. Com que frequência é feito o registro? (diário, semanal, mensal, anual)
- d. Por que decidiram realizar o registro das informações?

20. Se não registram as informações:

- a. Quais são os motivos? (falta de tempo, não acha importante, falta de hábito, falta de um modelo, tem dificuldades)
- b. Acreditam que a inexistência de registro das informações econômico-financeiras impacta no momento de tomar decisões na horticultura?

21. Tendo em vista a existência/inexistência de registro formal das informações econômico-financeiras, sobre a gestão na atividade:

- a. Como planejam a produção hortícola (o que produzir e quanto)?
- b. Como tomam decisões sobre realizar ou não novos investimentos na horticultura?
- c. Como é calculado atualmente o custo de produção de um determinado produto?
- d. Saberiam informar se os preços praticados cobrem os custos de produção?
- e. Como determinam o preço de venda dos produtos? (influência externa, de forma geral definido pelo mercado, conforme preço da concorrência)
- f. Como é identificado o lucro ou prejuízo da produção?
- g. Conhecem o tempo de vida útil dos bens utilizados na horticultura? (máquinas e equipamentos, estufas, edificações, etc.)

- h. Consideram que a perda de valor desses bens devido ao uso faz parte do custo de produção?
- i. Conhecem as perdas e desperdícios de produção?
- j. Consideram que as perdas e desperdícios fazem parte do custo de produção?
- k. Conhecem o volume mínimo de vendas necessário para cobrir todos os gastos de produção, ou seja, o mínimo que precisa vender para não ter lucro nem prejuízo (Ponto de equilíbrio)?

22. Quanto aos gastos de produção existentes na horticultura:

- a. Quais são os gastos presentes na atividade?

Gastos	Existência
Aluguel/Arrendamento da terra	
Impostos e taxas (ITR, Sindicato, Funrural)	
Adubo	
Sementes e mudas	
Defensivos	
Água	
Energia elétrica	
Telefone/Celular	
Embalagem	
Combustível para transporte	
Combustível das máquinas	
Aluguel de máquinas	
Manutenção de máquinas	
Mão de obra	
Taxa de utilização do box (feira-livre)	
Manutenção de estufas	
Outros:	

- b. Quais gastos possuem valor mais relevante?

- c. É possível identificar o valor individual dos gastos para cada cultura na horticultura? Quais deles?
- d. Conseguem separar os gastos de produção dos gastos da família?
- e. Existe valor definido para remuneração da mão de obra dos membros da família? Como foi estipulado esse valor?
- f. Se não existe valor estipulado, como é feita a retirada de valores?

23. Quanto às informações financeiras existentes na horticultura:

- a. As compras realizadas são normalmente a vista ou a prazo? Se a prazo, como gerenciam?
- b. Nos diferentes canais de venda (feira-livre, merenda escolar, mercado), realizam vendas a prazo ou somente a vista? Se a prazo, como gerenciam?
- c. Como controlam as entradas e saídas de caixa?
- d. Necessitam controlar o valor e a quantidade vendida por cliente ou por canal de venda? Como gerenciam?
- e. Possuem conta bancária com movimentação? Como gerenciam?
- f. Possuem empréstimos ou financiamentos bancários? Como gerenciam?

BLOCO III – PERCEPÇÕES SOBRE AS INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS

24. Quais suas percepções sobre a importância de conhecer e a possibilidade de controlar, na gestão da atividade de horticultura, as seguintes informações e ferramentas econômico-financeiras:

- a. Receita de venda total da atividade
 - b. Receita por canal de venda
 - c. Receita por cultura vendida
 - d. Gasto (custos e despesas) total da atividade
 - e. Gasto por cultura
 - f. Perdas e desperdícios de produção
 - g. Perda de valor dos bens (depreciação)
 - h. Lucro ou prejuízo total da atividade
 - i. Lucro ou prejuízo por canal de venda
 - j. Lucro ou prejuízo de cada cultura
 - k. Ponto de equilíbrio
 - l. Entradas e saídas de caixa
 - m. Contas a pagar (compras a prazo, financiamentos/empréstimos)
 - n. Contas a receber (vendas a prazo)
25. Além das informações econômico-financeiras apresentadas, existem outras que considerem necessárias para tomar as decisões de gestão na horticultura?
26. Como acreditam que deveria ser uma ferramenta de controle econômico-financeiro para atender suas necessidades na horticultura? Cite características. (simples, prática, detalhada, resumida, etc).